



**FUNDAÇÃO EDSON QUEIROZ**  
**UNIVERSIDADE DE FORTALEZA – UNIFOR**  
**VICE-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO -VRPG**  
**MESTRADO PROFISSIONAL EM CIÊNCIAS DA CIDADE**

**AVALIAÇÃO DA ACESSIBILIDADE AOS EQUIPAMENTOS  
CULTURAIS OFERTADOS NO ESPAÇO URBANO DE FORTALEZA**

Manuella Martha Costa Matos Figliuolo

FORTALEZA – CE  
OUTUBRO, 2020

Manuella Martha Costa Matos Figliuolo

**AVALIAÇÃO DA ACESSIBILIDADE AOS EQUIPAMENTOS  
CULTURAIS OFERTADOS NO ESPAÇO URBANO DE FORTALEZA**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Ciências da Cidade da Universidade de Fortaleza como requisito para obtenção do Título de Mestre em Ciências da Cidade.

Orientador: Prof. Dr. André Soares Lopes

Fortaleza – CE

2020

Ficha catalográfica da obra elaborada pelo autor através do programa de geração automática da Biblioteca Central da Universidade de Fortaleza

---

Figliuolo, Manuella Martha Costa Matos .  
AVALIAÇÃO DA ACESSIBILIDADE AOS EQUIPAMENTOS CULTURAIS  
OFERTADOS NO ESPAÇO URBANO DE FORTALEZA / Manuella Martha  
Costa Matos Figliuolo. - 2020  
97 f.

Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade de  
Fortaleza. Programa de Mestrado Profissional Em Ciências Da  
Cidade, Fortaleza, 2020.  
Orientação: André Soares Lopes.

1. Cultura. 2. Equipamentos Culturais. 3. Acessibilidade.  
4. Inclusão Cultural. 5. Mobilidade Urbana. I. Lopes, André  
Soares. II. Título.

---

Manuella Martha Costa Matos Figliuolo

**AVALIAÇÃO DA ACESSIBILIDADE AOS EQUIPAMENTOS  
CULTURAIS OFERTADOS NO ESPAÇO URBANO DE FORTALEZA**

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. André Soares Lopes  
Universidade de Fortaleza - UNIFOR

---

Profa. Dra. Carla Camila Girão Albuquerque  
Universidade de Fortaleza - UNIFOR

---

Profa. Dra. Cláudia Sales de Alcântara Oliveira  
Centro Universitário Christus - Unichristus

Aprovada em: **30/10/2020.**



*Aos meus pais, Marana e Rinaldo, à minha mãe do coração, Dedé, à Jaque (in memorian), ao meu irmão Jorge, ao meu amor da vida inteira, Miguel e à minha filha do coração, Lia. Incentivadores e porto seguro em todos os meus sonhos, escolhas e decisões.*

## AGRADECIMENTOS

Gratidão infinita ao meu Deus todo poderoso, que muito além do dom da vida, todos os dias me mostra sinais da sua bondade e misericórdia, me ajuda a seguir com fé diante de toda e qualquer dificuldade;

Aos meus pais Marana e Rinaldo, minha Dedé, Jorge e Jaque (*in memoriam*), o agradecimento maior. Vocês sempre me incentivam, apoiam e acreditam na minha capacidade incondicionalmente. São minhas fontes de inspiração, disciplina e dedicação, isto me faz uma pessoa cada dia mais forte e que busca sempre dar o meu melhor em tudo o que faço;

Ao Miguel, meu amor querido, companheiro de todas as horas, por todo amor, cuidado, paciência e compreensão pelas minhas ausências nesse período.

Aos meus amigos amados que me acompanharam em todo o percurso, agradeço a amizade, os incentivos e mas principalmente pelo carinho e cuidado comigo, cito aqui: Fernando Rossi, Carla Renata, Fabíola Farias, Bárbara Menezes, Leila Cristiane, Débora Almeida, Andrea Crispim e Rithiele Costa;

Aos colegas de mestrado da turma três, pela rica troca de conhecimento, pela cumplicidade e por todos os momentos compartilhados, em especial, minhas queridas: Heloisa Helena, Carolina Carvalho, Ana Luiza Campelo e Ana Gabriela Cunha;

Ao Centro Universitário Católica de Quixadá - Unicatólica, instituição que me abraçou e acreditou em meu potencial, na qual faço parte com muito orgulho;

Minha reverência à todos os meus professores do Mestrado Profissional em Ciências da Cidade, gratidão por todo o aprendizado e aulas magníficas no nome da Profa. Dra. Flora Mendes, que me acompanhou nos primeiros passos deste percurso com todo carinho e dedicação;

E por último, um agradecimento especial ao meu orientador Prof. Dr. André Soares Lopes, por toda a atenção, disponibilidade, dedicação e paciência.

Ninguém vence sozinho. Vocês foram fundamentais!

Gratidão.

## RESUMO

As atividades culturais são percebidas como um dos agentes que interferem diretamente nas condições socioculturais e no processo de desenvolvimento urbano. Assim sendo, a acessibilidade aos equipamentos culturais é um importante indicador de qualidade de vida. A realidade mostra que o consumo cultural do brasileiro está associado proporcionalmente às variáveis a exemplo da renda do indivíduo e às condições educacionais, que são oportunizadas através do acúmulo dos *capitais* e ao *habitus*, conceitos amplamente trabalhados pelo sociólogo Pierre Bourdieu e às condições infra estruturais da acessibilidade ao espaço urbano. Para o entendimento de como se dá a acessibilidade aos equipamentos culturais ofertados em Fortaleza, foi desenvolvido uma investigação organizada em dois métodos: a) caracterização socioeconômica da população de fortaleza, a partir da coleta de dados, da análise e a síntese da situação em mapas temáticos; b) os equipamentos culturais e sua acessibilidade, qualificando-os quanto ao porte, suas atividades e concluindo com uma análise da macro acessibilidade física de tais equipamentos. Os resultados obtidos mostram a latente carência em estabelecer uma rede cultural que atinja de forma igualitária o território e a acessibilidade da população, apresentando igualmente a importância das políticas públicas como ferramenta de implantação de equipamentos e qualificação da rede de transporte público para atingir o direito ao lazer e a cultura à parcela da população segregada no território fortalezense.

Palavras chave: Cultura; Fortaleza; Equipamentos Culturais; Acessibilidade; Mobilidade Urbana, Inclusão cultural, Políticas Públicas

## ABSTRACT

Cultural activities are perceived as one of the agents that directly interfere in socio-cultural conditions and in the urban development process. Therefore, accessibility to cultural equipment is an important indicator of quality of life. The reality shows that the cultural consumption of Brazilians is proportionally associated with variables such as the individual's income and educational conditions, which are made possible through the accumulation of capital and habitus, concepts widely worked on by the sociologist Pierre Bourdieu and the infrastructure conditions of accessibility to urban space. In order to understand how accessibility to the cultural facilities offered in Fortaleza occurs, an investigation organized in two methods was developed: a) socioeconomic characterization of the population of Fortaleza, based on data collection, analysis and synthesis of the situation on maps thematic; b) cultural equipment and its accessibility, qualifying them in terms of size, activities and concluding with an analysis of the macro physical accessibility of such equipment. The results obtained show the latent lack of establishing a cultural network that equally reaches the territory and the accessibility of the population, also showing the importance of public policies as a tool for the implantation of equipment and qualification of the public transport network to achieve the right to leisure and culture to the portion of the population segregated in the territory of Fortaleza.

Keywords: Culture; Fortaleza City; Cultural Facilities; Acessibility; Urban Mobility; Cultural Inclusion; Public policy.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Equipamentos culturais - Fortaleza.....	55
Quadro 2 - Equipamentos culturais - natureza da atividade.....	56
Quadro 3 - Equipamentos culturais de Fortaleza por atividade.....	57
Quadro 4 - Equipamentos culturais - Porte .....	58
Quadro 5 - Equipamentos culturais - Porte x Quantidade .....	58
Quadro 6 - Correspondência da localização .....	60
Quadro 7 - Equipamentos x Bairros - Distância .....	66

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Renda média por Bairro.....	45
Mapa 2 - Renda por setor censitário .....	46
Mapa 3 - Índice de desenvolvimento humano - IDH .....	47
Mapa 4 - Distribuição de empregos.....	48
Mapa 5 - Condições educacionais.....	50
Mapa 6 - Alfabetização a partir dos 5 anos.....	51
Mapa 7 - Localização dos equipamentos.....	60
Mapa 8 - Mapa de abrangência dos equipamentos.....	62
Mapa 9 - Tempo de deslocamento para o equipamento cultural - Bicicleta .....	73
Mapa 10 - Tempo de deslocamento para o equipamento cultural - Ônibus .....	75
Mapa 11 - Tempo de deslocamento para o equipamento cultural - Carro.....	76

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Crescimento da frota veicular .....	28
--	----

# SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>13</b>
<b>1.1 Contextualização do tema</b> .....	<b>13</b>
<b>1.2 Justificativa</b> .....	<b>14</b>
<b>1.3 Objetivos</b> .....	<b>18</b>
1.3.1 Objetivo Geral .....	18
1.3.2 Objetivos Específicos .....	18
<b>1.4 Método</b> .....	<b>18</b>
<b>1.5 Etapas da pesquisa</b> .....	<b>19</b>
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	<b>22</b>
<b>2.1 A cultura e a cidade</b> .....	<b>22</b>
2.1.1 O que é cultura?.....	22
2.1.2 Os conceitos operacionais de Bourdieu.....	23
2.1.3 A cultura e a cidade contemporânea.....	25
<b>2.2 Sistema de transporte, acessibilidade e mobilidade no espaço urbano</b> .....	<b>27</b>
2.2.1 Sistema de transporte .....	27
2.2.2 Mobilidade e Acessibilidade .....	29
<b>2.3 Direito à cidade</b> .....	<b>33</b>
2.3.1 Direito à cultura .....	36
2.3.2 Políticas Públicas: A Política Cultural em Fortaleza.....	37
<b>3. CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA POPULAÇÃO DE FORTALEZA</b> .....	<b>42</b>
<b>3.1. Coleta e organização de dados</b> .....	<b>42</b>
<b>3.2 Análise da distribuição espacial da população</b> .....	<b>44</b>
<b>3.4 Síntese da caracterização socioeconômica</b> .....	<b>52</b>
<b>4. EQUIPAMENTOS CULTURAIS E ACESSIBILIDADE</b> .....	<b>53</b>
<b>4.1 Caracterização dos Equipamentos Culturais</b> .....	<b>55</b>
<b>4.2 Análise da macro acessibilidade física dos equipamentos culturais</b> .....	<b>64</b>
<b>5 CONCLUSÃO</b> .....	<b>78</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>81</b>
<b>APÊNDICE</b> .....	<b>85</b>
<b>ANEXOS</b> .....	<b>87</b>



# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 Contextualização do tema

A cultura é manifestada e ofertada, no território de diferentes formas, quer seja no âmbito público ou privado. É a partir da experiência e vivência nesses locais que a sociedade se reconhece, se identifica e se apropria do território, configurando assim, uma relação importante para o desenvolvimento social (SELDIM,2008) e (LEFEBVRE, 2004). Tal apropriação do território, por parte da sociedade, envolve também o crescimento da cidade e a forma como ela é planejada. Esse desenvolvimento é fundamentado em ofertas de atividades culturais e na demanda emanada da população. (THROSBY, 2001). Neste trabalho, a cultura é entendida como uma composição entre as múltiplas visões existentes: seja ele o modo de vida da sociedade, o processo de cultivo da mente ou pela forma como ela se expressa e transforma o comportamento coletivo (COELHO, 1997).

O desenvolvimento econômico e social, tanto local quanto regional, é afetado diretamente pelas atividades culturais da sociedade, pois as atividades culturais agregam também oportunidades de emprego, direto ou indireto, e movimentação da economia. A Secretaria da Economia Criativa (extinto Ministério da Cultura) estima que as atividades culturais e criativas geram 2,64% do PIB brasileiro e são responsáveis por mais de um milhão de empregos formais diretos (BRASIL, 2020). Por outro lado, na literatura existente autores como Botelho (2001), Seldin (2008), Martins (2011) e Guimarães & Diniz (2019) apontam que as práticas culturais abrangem dimensões sociais, econômicas e culturais, e ela também mostra que o consumo cultural brasileiro é influenciado pelo poder aquisitivo do indivíduo e acesso à educação, o que pode ser entendido como: a cultura é cara e mesmo gerando renda, de um modo geral, quem trabalha com a cultura pode não possuir renda suficiente para consumir cultura de modo frequente e constante.

Diante do contexto apresentado, para o problema em questão nós partimos da premissa de que vivemos em uma sociedade desigual e nós partimos da lógica de que a distribuição territorial das atividades é desigual , aqui, será avaliado o grau de desigualdade de acesso aos equipamentos culturais. A balança de oferta e demanda

por atividades culturais e a facilidade de acesso aos equipamentos onde esta cultura ocorre é desigual, beneficiando mais alguns grupos sociais que outros. Apoiando-se nessa reflexão, a cidade de Fortaleza será escolhida para o estudo de caso deste trabalho.

## 1.2 Justificativa

A literatura indica que as atividades culturais são percebidas como um dos agentes que interferem direta e indiretamente sobre a sociedade e seu processo de urbanização (SELDIM, 2008). Seja por meio de áreas que retenham mais atividades culturais e assim, acaba por atrair outras empresas e trabalhadores, o que aumenta a possibilidade de emprego e da renda, fomentando o sentimento de pertencimento e identidade da população (GUIMARÃES e DINIZ, 2019). Ainda neste sentido, Martins (2011; *apud* Machado, 2008) afirma que a oportunidade de um maior acesso à cultura, pelo indivíduo, é capaz de promover transformações na sociedade relacionadas à inclusão social e à melhoria da qualidade de vida.

O consumo da cultura pode transformar a realidade de uma população não apenas em aspectos financeiros calculáveis, por meio da atividade econômica, mas de forma incalculável através de um crescimento de identidade e pertencimento em relação à cultura local, ou seja, as características materiais e imateriais de uma população. Nesta perspectiva, é possível dizer que há um aumento na possibilidade de estabelecer conexões com outros tipos de pensamentos, ideias, estímulos da capacidade de criar, se expressar e desenvolver o hábito de socialização, integração.

Dentro da realidade brasileira, o consumo dos bens culturais é proporcional à renda do indivíduo e isto, conseqüentemente, acarreta na distinção do *status* social (DINIZ E MACHADO, 2001). Vale destacar que esta afirmação é válida pois o *status* social está relacionado ao nível de educação, porém o consumir cultura não, sendo uma questão pessoal, de formação e pertencimento à identidade local.

Nesta perspectiva, Botelho (2001) menciona duas dimensões culturais que valem ser discutidas, a antropológica e a sociológica. A visão antropológica se constitui no dia a dia do indivíduo, da interação entre as relações familiares, amigos, vizinhos, e através da sociabilidade. Por esta visão, a produção cultural se dá pela

interação social, através do pensamento, das ações. A partir disso constroem-se valores e modelam-se identidades, como num sistema de simbologia para cada grupo social.

A dimensão sociológica é abordada a partir de um âmbito especializado, uma visão cultural mais restrita, pois se refere às obras de arte, às atividades intelectuais que alcançam um público específico, a partir de uma sensibilização prévia. Esta visão corrobora o sociólogo francês Bourdieu (2007) e seus estudos sobre *habitus*, no qual é entendido como o conjunto de influências recebidas pelo indivíduo ao longo da vida, provenientes das suas relações interpessoais que o orientam nas suas funções e ações do agir cotidiano. O autor fala da distinção da alta cultura, da cultura em massa e da cultura popular e interliga estas ideias ao acúmulo de capital.

Estas distinções que acontecem entre os diferentes tipos de cultura elencados pelo autor independem da condição social, econômica, cultural e evolutiva dos países. Considerando que existem variações na forma de atuar sobre a cultura e que isto depende do estágio evolutivo social e econômico dos países, priorizamos aqui o foco nos países em desenvolvimento, no qual, acontece uma maior diferença socioeconômica entre a população.

As especificidades da demanda por bens culturais nos países em desenvolvimento geram muita desigualdade social entre as regiões, contudo, também podem ser uma ferramenta fundamental para a formulação de políticas visando a inclusão social (MARTINS,2001).

É possível perceber o relevante nível de correlação ou dependência entre melhorias de acesso às atividades de lazer e nível de inclusão social a partir do trabalho de Rubim:

A expressiva inclusão social e econômica de milhões de brasileiros, revertendo políticas seculares de desigualdade e exclusão, mudando o país, não pode se completar se não for acompanhada: pela inclusão cultural, que permita aos brasileiros ter acesso ao consumo e fruição de determinadas modalidades de cultura altamente elitizadas no país; pelo reconhecimento e valorização das diferentes manifestações simbólicas existentes no país, a exemplo das culturas populares, regionais, étnicas, etárias, de gênero, de orientações sexuais e de segmentos sociais; pela promoção e preservação da diversidade cultural, através de políticas de financiamento adequadas e da democratização da comunicação; pelo desenvolvimento de

políticas públicas de cultura, que brotem de debates e deliberações públicas e que assegurem cidadania e direitos culturais; pela hegemonia de uma cultura cidadã, que supere todos os valores associados a preconceitos, discriminações, intolerâncias e violências, simbólicas ou físicas, de toda ordem; por fim, pela nova cultura, que amplie horizontes e coloque em cena a possibilidade de imaginar uma sociedade mais humana, demasiadamente humana.(RUBIM, 2015, p.28-29)

Pela rica temática e importância no desenvolvimento social que o acesso à cultura pode provocar, esta pesquisa se atém ao estudo da acessibilidade e da sua relação entre o transporte e localização das atividades culturais e de lazer.

Dado este panorama, dois trabalhos fundamentais subsidiam esta discussão. Martins (2011) aborda a acessibilidade e a interação entre as atividades culturais e de lazer com o transporte. Para isso, a acessibilidade e a velocidade dos modos ofertados no sistema de transporte são utilizadas como indicadores para esta mensuração. O trabalho aponta ainda que o acesso às atividades culturais não vem sendo priorizado junto ao planejamento de sistema de transportes e isto influencia não somente a dificuldade física de acesso à cultura, como também o interesse da população e a sua noção de pertencimento. O método aplicado pelo autor para definir o acesso às atividades culturais foi desenvolvido através de uma análise dos deslocamentos realizados pelas pessoas até as atividades culturais. O autor afirma ainda que o sistema e planejamento de transporte pode ser uma das chaves para reduzir a exclusão social das áreas mais mal servidas de opções de deslocamento ou de atividade local.

Em abordagem complementar, Guimarães e Diniz (2019) investigam a relação entre os equipamentos culturais, hábitos e território a partir de um estudo de caso de um equipamento cultural em Minas Gerais. Elas tratam sobre o papel que a cultura exerce junto ao tecido urbano e ao desenvolvimento socioeconômico local. As autoras falam ainda do conceito de distinção de Bourdieu e Lefévre, e da apropriação do território por um público que tem um consumo cultural enraizado pelas interferências que receberam oriundo das relações sociais, e de outro público, a priori, excluído, que já não tem a oportunidade de consumir bens artísticos culturais. No estudo de caso, elas aplicam um questionário que mostram uma série de indicadores, para caracterizar a população estudada, e seu comportamento relativo ao consumo cultural e de viagens.

Os resultados mostram dois tipos de público, o público espontâneo e os visitantes agendados. O primeiro, são pessoas que participam de atividades culturais sem que seja necessário um agendamento prévio, enquanto o segundo público, são na sua maioria, estudantes de escolas públicas ou outros grupos especiais. Estas ações são exemplos diretos da articulação entre a educação e as políticas públicas em detrimento da cultura. No trabalho, as autoras destacam ainda a homogeneidade nas características socioeconômicas entre o público espontâneo: alta renda, alta escolaridade e alto hábito cultural, indicando ainda que a apropriação entre o espaço e a localidade da residência não é fator determinante para uma visita (GUIMARÃES E DINIZ, 2019, p.10).

Martins (2011) e Guimarães & Diniz (2019) discorrem sobre a desigualdade socioeconômica da população, de como isto afeta o consumo cultural e o acesso a atividades culturais, indicando assim, um problema de origem multidisciplinar. O primeiro traz o transporte como indicador, e o segundo, o nível de escolaridade e o próprio poder de consumo de bens culturais, aqui entendido como produto e testemunho da tradição artística, [...] manifestação da dinâmica cultural de um povo de uma região, e ainda [...] obras arquitetônicas ou plásticas ou literárias, ou musicais [...] conjuntos urbanos etc. (FERREIRA, 1986, p.246 *apud* GUEDES; MAIO, 2016).

Para uma percepção e identificação de pontos fortes e fracos da acessibilidade à oferta cultural de Fortaleza, o presente trabalho utiliza-se da combinação das técnicas de Martins (2011) e Guimarães & Diniz (2019) de forma a medir indicadores de transportes, na forma de acessibilidade decorrente da infraestrutura. Pretende-se ainda, a partir dos resultados obtidos, compor um registro que permita aos gestores tomarem decisões sobre o território e avaliação da locação de futuros equipamentos. Um exemplo disto seria, ilustrar a eficácia ou não de algumas políticas culturais e como elas interagem com o urbano e o cultural. Essa abordagem pretende responder qual é o grau de acessibilidade ou inacessibilidade sofrida pelos grupos socioeconômicos em Fortaleza, que será utilizada como estudo de caso, e identificar possibilidades de intensificar o acesso da população aos equipamentos de cultura, uma ferramenta para elaboração de planejamento urbano e políticas públicas de desenvolvimento social.

## 1.3 Objetivos

### 1.3.1 *Objetivo Geral*

O presente estudo tem como objetivo avaliar a o grau de acesso físico aos equipamentos culturais oficiais, tendo como ponto de vista a localização residencial da população. Equipamentos estes que são oferecidos pelo ente público como parte de uma política pública de cultura, tendo como recorte a cidade de Fortaleza.

### 1.3.2 *Objetivos Específicos*

- I. Descrever as condições sociais e econômicas da população da cidade, apontando os locais mais frágeis social e economicamente;
- II. Caracterizar a acessibilidade dos equipamentos culturais, ponderado pelo porte e natureza da atividade e finalmente, descrever a discrepância de acesso à cultura das diversas classes socioeconômicas da cidade;
- III. Analisar criticamente as políticas públicas de cultura segundo as condições de acessibilidade física imposta à população.

## 1.4 Método

Esse trabalho tem como principal contribuição uma descrição de um fenômeno urbano e que vai se valer de dados pré-existentes. Não há intenção de construção de novos métodos nem contribuição metodológica.

É um trabalho qualitativo e quantitativo. A pesquisa se inicia com uma revisão da literatura, na qual serão tratados conceitos gerais, depois vamos fazer uma análise exploratória do fenômeno. Serão realizadas produções e análises de mapas para a caracterização dos elementos componentes da problemática. Existia ainda, a intenção de fazer um conjunto de questionários semiestruturados para a coleta de dados, contudo a condição sanitária da cidade não permitiu, devido a pandemia da COVID - 19.

## 1.5 Etapas da pesquisa

Para atingir tais objetivos, este trabalho foi dividido em cinco seções, sendo esta introdução e o método o primeiro deles. No Capítulo II será composto pelo referencial teórico, no qual serão abordados os conceitos fundamentais para o entendimento do trabalho, o Capítulo III descreve as condições sociais e econômicas da população da cidade, apontando as áreas mais frágeis social e economicamente, adotando métodos para identificar os grupos de interesse. O Capítulo IV visa a caracterização dos equipamentos culturais na cidade de Fortaleza e a aferição da sua acessibilidade, contempla também a interseção dos mapas contendo a descrição refinada de quem tem maior ou menor grau de acessibilidade aos equipamentos culturais. O Capítulo V, pretende adotar um estudo de caso focado em políticas públicas culturais para avaliar tais políticas frente às condições de acessibilidade verificadas na etapa anterior, e averiguar de que forma é possível comunicar esses achados aos gestores que tomam decisões sobre o território.

O Capítulo II dedica-se a em discorrer sobre alguns conceitos básicos para o desenvolvimento da pesquisa. Contextualiza a forma como o termo cultura é entendido, os conceitos operacionais de Bourdieu, além da relação entre a cultura e a cidade contemporânea. Trata sobre o transporte, mobilidade e acessibilidade, no espaço urbano e também do Direito à cidade e políticas culturais em Fortaleza.

O Capítulo III anseia descrever a população da cidade de Fortaleza segundo a sua renda média, renda por setor censitário, trabalho, condição educacional e instrução. Para isto, é preciso conhecer as dimensões econômicas, demográficas e culturais da população de Fortaleza e serão utilizados a base de dados do Censo Demográfico de 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Anuário do Ceará 2019, e o estudo sobre a situação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em Fortaleza com um recorte geográfico dos bairros da capital cearense (IDH-B), realizado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SDE). O parâmetro do IDH para países é um indicador combinado por três dimensões: Educação, Renda e Longevidade, contudo, o cálculo para o IDH-B de Fortaleza sofreu adaptações quanto à metodologia original, o que não permite comparações entre os mesmos, aqui será utilizado apenas o IDH-B. O produto final

esperado é um mapa que classifica o território em função das características socioeconômicas da população

Para o Capítulo IV, pretende-se caracterizar e avaliar o nível de acessibilidade dos equipamentos culturais localizados na cidade de Fortaleza os equipamentos na cidade de Fortaleza que são geridos pela Secretaria da Cultura de Fortaleza (SECULTFOR), pela Secretaria da Cultura do Ceará (SECULT) e pela Prefeitura Municipal. Para tanto, espera-se listar todos estes equipamentos, confeccionar um mapa de localizações e um mapa de caracterização simples, que será definido de acordo com o porte (pequeno, médio e grande porte) e com a natureza da atividade cultural do equipamento. Para medirmos a acessibilidade, pretendemos calcular um raio de abrangência para cada equipamento, através do uso da plataforma *Google Maps*.

Tudo que estiver dentro deste raio será entendido como tendo acesso adequado ao equipamento. Este raio depende de dois fatores, um limiar de tempo, a ser discutido e definido, e a velocidade de deslocamento, que depende do modo de transporte escolhido. Este raio será ainda ponderado pelo porte do equipamento, de forma a descrever seu maior ou menor poder de atração. As distâncias serão calculadas em linha reta (euclidiana) a partir do centro geométrico dos equipamentos. As velocidades resultarão da definição dos modos de transporte, que serão classificados por suas velocidades médias. Para os tempos, serão estipulados limiares de aceitabilidade, criando faixas com níveis distintos de acessibilidade. Logo o cálculo destas faixas de acessibilidade se dará de maneira determinística, em que:

$$T = V.med_m/D_i \quad (1)$$

A distância vai ser capturada a partir da localização de centroides de bairros e localização de equipamentos mais próximos. A velocidade varia com o modo, que é aplicado dentro da simulação.

Onde, D é o raio de abrangência para cada equipamento cultural “i”. A velocidade média (V.med) é definida para cada modo de transporte. Teremos como resultado, os tempos de deslocamento (t). Ao final teremos mapas de acessibilidade distintos por modo, limitados às bicicletas, ônibus e automóveis e, graduados por faixas de tempos



aceitáveis. A escolha destes modos se deu por serem os mais relevantes quanto a utilização e que abrangem a maioria das classes sociais, permitindo uma fácil distinção entre faixas de renda, assim como um dos itens do trabalho de Martins, 2011.

O capítulo procura descrever ainda as diferenças de acessibilidade segundo as características socioeconômicas da população e quanto às zonas da cidade. Para tanto, pretende cruzar os dados dos mapas confeccionados nos capítulos anteriores. Tendo em mãos as informações relacionadas às áreas e populações mais frágeis no âmbito social e econômico e os mapas de acessibilidade aos equipamentos culturais distintos por modo, dar-se-á como produto final mapas com a descrição refinada dos graus distintos de acesso aos equipamentos culturais, relativo à classe socioeconômica de interesse e por diferentes modos de transporte.

Por fim, o Capítulo V é a conclusão do trabalho que destaca todos os resultados obtidos durante a investigação, bem como o atendimento aos objetivos e considerações para o encerramento deste estudo acadêmico.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 A cultura e a cidade

Para um melhor embasamento para nosso estudo, considera-se essencial o esclarecimento de alguns conceitos-chave. A temática do espaço urbano engloba assuntos interdisciplinares e com isso, inúmeros conceitos. Aqui, será ilustrado o que entendemos pelos termos: cultura, acessibilidade e mobilidade.

No tópico sobre cultura, serão abordadas as diversas definições de cultura, no item de acessibilidade, será feita uma reflexão quanto o significado e as suas diferentes definições e quanto à mobilidade, será feita uma breve explanação da evolução do conceito de mobilidade urbana.

#### 2.1.1 O que é cultura?

A definição do que é cultura é um debate que ultrapassa décadas, neste capítulo será demonstrado um pouco das variadas dimensões do termo e como ela é compreendida para este trabalho. Cultura é objeto de estudo na sociologia, antropologia, história, administração, economia e várias outras searas, tal é sua complexidade. Canedo (2009) conceituou cultura em três grandes concepções: o modo de viver que rotulam uma coletividade; elementos materiais e imateriais da arte, as atividades intelectuais e do entretenimento e por fim um fator do desenvolvimento humano.

Para autores como Lefébvre (2004) e Rubin (2010) entendem a cultura como um fenômeno local, no qual ela é criada, vivenciada e manifestada em território, que acontece em um espaço urbano. O espaço urbano está contido na cidade, e, portanto, a própria cidade é um fenômeno cultural, onde paira a diversidade, o plural, a troca e onde acontece o encontro.

Coelho (1997) faz uma reflexão sobre a abrangência conceitual da cultura e classifica três formas distintas de visão: a primeira é um “estado desenvolvido”, na qual está relacionada com a erudição, ou seja, a “pessoa de cultura” é aquela o

indivíduo culto, estudado. A segunda visão faz alusão ao processo que conduz ao “estado desenvolvido”, na qual são consideradas as práticas culturais, propriamente ditas. A terceira forma a cultura é retratada como instrumento para o processo e que cada tipo de arte expressa um comportamento coletivo. Contudo, tanto o segundo quanto o terceiro ponto de vista se debruçam, respectivamente sobre a ótica idealista e materialista.

Um, dito realista, que vê no termo cultura o índice de espírito formador global de vida individual e coletiva a manifestar-se numa variedade de comportamentos e atos sociais, mas de modo especial, em comportamentos e atos específicos e singulares (artes plásticas, teatro, etc.); e um segundo, chamado materialista [...] que considera a cultura [...] como reflexo de um universo social mais amplo e dominante (COELHO, 2017, p.102).

Levando em consideração esta breve explanação, é possível compreender que a tendência contemporânea é composta por uma mistura do entendimento idealista e do entendimento materialista.

A cultura é igualada ao território que sofre alteração de acordo com a realidade vivenciada em cada região, em cada sociedade, e no decorrer do desenvolvimento do estudo, este conceito será aprofundado.

### *2.1.2 Os conceitos operacionais de Bourdieu*

Pierre Bourdieu foi um sociólogo francês que produziu amplamente em diversas áreas do âmbito social, como arte, política, educação, comunicação, economia. A busca pela compreensão dos fenômenos sociais foram analisadas sob a perspectiva estrutural, na qual estudava o sistema social e sua interação com o individual, restritos e sob a perspectiva com análises que são vividas e experimentada, de forma empírica. (SOCHA, 2008). Nas palavras de Setton (2008) a estrutura social visualizada por Bourdieu é definida como um esquema categorizado pelo poder e pelo privilégio, e conseqüentemente definido pelas relações econômicas, materiais, culturais e simbólicas.

Embasado por todas as suas produções, Bourdieu desenvolveu alguns conceitos operacionais que vão além da sua obra e que devem ser entendidos de forma correlacionadas ou seja, não podem ser compreendidos de forma isolada, aqui, citamos três: *habitus* (já explicado anteriormente), campo, capital.

A noção de *campo* se caracteriza por seguir um método de espaços específico, e cada espaço pode ser do campo cultural, econômico, educacional, científico, dentre outros, em que coabitam a hierarquização, as leis, conflitos e prestígios, dos que detém o maior volume de capital. Foi a partir da compreensão deste conceito que Bourdieu elaborou as respostas a respeito de que forma se dava a estruturação e a reprodução do poder na sociedade. (SOCHA, 2008; MARTELETO E PIMENTA, 2017).

Socha (2008, p.46), ventila que pelo conceito de *capital* o sociólogo “entende que não apenas o acúmulo de bens e riquezas econômicas, mas todo recurso ou poder que se manifesta em uma atividade social”. Desta forma, Bourdieu categoriza o conceito de *capital* em quatro nichos: o econômico, o cultural, o social e o simbólico. Entende-se aqui, o *capital* econômico, o que contempla a esfera da renda e do poder aquisitivo, o *capital* social, no qual associa a influência dos indivíduos através de seus contatos e suas relações sociais. Por *capital* cultural, abrange a esfera dos saberes e conhecimentos, escolarização, capacidade intelectual e reconhecimento recebido pela titulação e por último, o *capital* simbólico que é a esfera que aborda o estilo e as condições de vida, valores etc.

Desta forma, é possível compreender que todos estes conceitos de Bourdieu são percebidos por sua interdependência e que quanto maior o volume de *capitais* acumulados pelo indivíduo, *capitais* estes convertidos em habilidades e conhecimentos pessoais, maior será a possibilidade de exposição e da participação de uma determinada posição social privilegiada, ou seja, num *campo* específico, “a posição de privilégio ou não privilégio ocupada por um grupo ou indivíduo é definida de acordo com o volume e a composição de um ou mais capitais adquiridos e ou incorporados ao logo de suas trajetórias sociais.” (SETTON, 2008, p.46)

Tal reflexão está de acordo com a afirmação de Setton (2008), que o privilégio ou não por parte de um grupo de pessoas retém pode ser definido pela composição desses capitais, não é necessário que todos aconteçam simultaneamente, a determinação acontece a partir da combinação de um ou mais capitais que foram assimilados ao longo do percurso social de cada um.

Em sua reflexão sobre as hierarquias da cultura, Goldstein (2008) discursa, a partir do ponto de vista de Bourdieu, sobre o conceito de *capital* cultural e qual é a relação entre o consumo e as práticas culturais, o define como uma riqueza simbólica que dentro do *campo* não é distribuída igualmente e para os indivíduos que possuem este acúmulo, pode fomentar o desejo, mesmo que inconsciente de distinção aos que não possui um volume de capital.

Ainda para a autora, o *capital* cultural pode ser apresentado sob três pontos de vista: o *habitus cultural*, que é decorrente da socialização natural, que garante a desenvoltura do indivíduo de falar em público, por exemplo, ou possuir o hábito de frequentar óperas, teatros, etc. Pode aparecer de uma forma mais objetiva que está materializada na aquisição de bens culturais como livros, obras de arte e afins, por último pode aparecer de forma institucionalizada por meios das titulações educacionais que posteriormente estará vinculado ao mercado de trabalho. Igualmente é importante fazer uma ressalva quanto a associação que a autora faz entre o *capital* social e o *capital* econômico: “vale destacar que não necessariamente, o “capital cultural” está associado ao capital econômico, mas muitas vezes, grupos menos privilegiados do ponto de vista financeiro são os maiores detentores do “capital cultural”. (SETTON, 2008, p.46)

Esta reflexão, um pouco mais aprofundada, a partir dos conceitos operacionais de Bourdieu será de fundamental importância para auxiliar o processo de análise do acesso aos equipamentos culturais a partir dos capitais propostos por Bourdieu.

### 2.1.3 A cultura e a cidade contemporânea

Analisado como um dos tópicos mais importantes da dissertação, estabelecer um paralelo entre a cultura e a cidade contemporânea é fator fundamental para o alcance dos objetivos, já que essa interação envolve vários aspectos como a preservação da cultura, o papel dos equipamentos culturais e a interação desses com a sociedade, contudo a versão final será apropriada para melhor discorrer sobre o assunto.

A dinâmica das cidades revela uma frenética busca por novas construções, da forma que os espaços vão sendo constantemente modificados, muitas vezes sem a

preservação do histórico, da mesma forma, a construção de novos equipamentos nem sempre recorre a algum lugar de interesse histórico ou cultural.

Fernandes (1985) em sua dissertação tratou de enfatizar a importância da cidade, enquanto espaço construído, de guardar em suas estruturas físicas a história das pessoas que ali habitaram, uma espécie de armazenamento coletivo, que é importante referência cultural, na medida em que possam ser usados e ressignificados pelas gerações posteriores.

As cidades trazem em seus cenários, as marcas de sua história, de eventos importantes que moldaram suas ruas e prédios, através da vivência de seus moradores, que passaram a habitar a cidade, dando-lhe no entendimento de Heidegger um significado, uma memória, um conjunto de relatos de acontecimentos que construiu a memória coletiva daquele lugar, o qual é chamado de patrimônio cultural (EDELWEISS, 2016, p. 154).

Essa necessidade de manter a história da cidade e conseqüentemente sua cultura já era problemática antiga, em 1931 por ocasião da elaboração da Carta de Atenas por parte do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios Históricos – ICOMOS, era recomendada a manutenção de monumentos e o enquadramento de estruturas implantadas em seu entorno.

Segundo Mumford (2001), a cidade possui a extraordinária capacidade de perpetuar a cultura entre as gerações, seja ela expressa das mais diferentes maneiras, como o vestir, o habitar, o falar, fazendo com que seja possível distinguir grupos sociais por suas características.

Em texto publicado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO (2015) “O patrimônio cultural intangível ou imaterial compreende as expressões de vida e tradições que comunidades, grupos e indivíduos em todas as partes do mundo recebem de seus ancestrais e passam seus conhecimentos a seus descendentes”.

A cidade contemporânea é marcada por seus momentos de diálogo e reivindicação, palco de manifestações e do ativismo urbano. O sentimento de coletividade é essencial para a conservação do patrimônio cultural edificado, a arquitetura e o urbanismo devem ser executados dentro do olhar humano e não puramente técnico (EDELWEISS, 2016, p. 160)

## 2.2 Sistema de transporte, acessibilidade e mobilidade no espaço urbano

O sistema de transporte junto à acessibilidade e a mobilidade estão diretamente relacionados ao espaço urbano e suas atividades sociais, trazendo consigo a competitividade dentro do território, e por isso, podem ser considerados como indicadores de qualidade de vida de uma população, Macário (2016).

A autora também afirma que estes dois conceitos “são por vezes usados para justificar os objetivos operacionais das políticas de transporte”. Os dois termos são aparentemente simples e parecidos, contudo, têm significados distintos e foram amplamente estudados nas últimas décadas em todo o mundo (MACÁRIO, 2016).

### 2.2.1 Sistema de transporte

Faz-se necessário iniciar este tópico com uma breve reflexão sobre de que forma se deu a evolução urbana da cidade de Fortaleza. Desde o final do século XIX, é possível perceber uma preocupação com o desenvolvimento e crescimento urbano, contudo, apenas em meados do século XX que a o planejamento urbano passou, de fato, a fazer parte da preocupação dos gestores políticos. Nesse período, foi possível observar nuances importantes do cenário daquela época

Iniciando pelo crescimento econômico e com o aprimoramento de novas tecnologias, com o transporte de massa surgiram os bondes, que foram bastante eficazes por algum tempo e devido à falta de manutenção e outros problemas, tornou-se ineficaz e o transporte público da cidade foi substituído pelas frotas de ônibus (FORTALEZA 2040, 2016).

Dezenas de anos se passaram e a população, que crescia exponencialmente, já não era atendida quanto aos quesitos de mobilidade nem acessibilidades. A cidade se expandia e este crescimento acelerado da população entrou em descompasso com o atendimento do sistema de transportes e o planejamento da cidade.

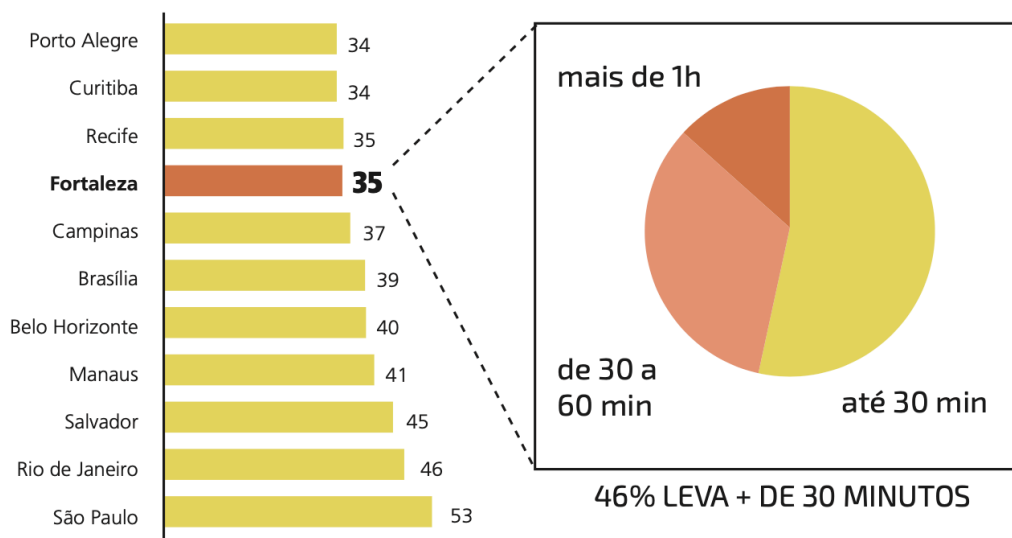
Todas estas questões originaram outra série de complexos problemas urbanos, desde às pessoas que tinham condições financeiras e optaram por utilizar o transporte motorizado individual, gerando assim, diferenças sociais. Conseqüentemente a

qualidade de vida da maioria da população foi afetada e refletiu também em uma acessibilidade limitada, o que segregou espacialmente a elite, da população de baixa renda.

Ao longo deste período, alguns planejamentos urbanos até foram pensados, contudo, não houve implementação da maior parte, e destes, ainda é possível afirmar quanto aos que foram implementados, a motivação se deu para resolver alguma problemática imediata, ou seja, não foi pensado nem planejado a médio e longo prazo no sentido de desenvolvimento da cidade como um todo. Houveram ações pontuais, o que deixou profundas cicatrizes na malha urbana contemporânea.

Neste panorama, de acordo com estudos e pesquisas realizados no ano de 2015 pela Prefeitura de Fortaleza, surge a atual problemática da Mobilidade Urbana, na qual devido à rápida motorização de parte da população, houve uma redução na usabilidade do transporte público, atrelado à falta de incentivo aos modos não motorizados e com isto, o aumento do tempo de viagem para deslocamento básico da população, vide Figura 1.

Figura 1 - Crescimento da frota veicular



Fonte: Prefeitura municipal de Fortaleza



Analisando os dados, é possível identificar que o Município de Fortaleza tem ascensão no tocante das desigualdades sociais, isto conseqüentemente influencia na redução da mobilidade urbana, ou seja, as pessoas têm o seu deslocamento na cidade afetado visto que são dependentes de transportes motorizados para realizar suas viagens.

### *2.2.2 Mobilidade e Acessibilidade*

A mobilidade urbana se faz um instrumento essencial quando o assunto tratado recai sobre o planejamento da cidade. Cada vez mais, fica evidente a conexão e a interdependência multidisciplinar entre a economia, a qualidade de vida e a mobilidade.

Bertolini (2012) ventila a mobilidade urbana como um dos elementos-chave para a discussão e, conseqüentemente, o gerenciamento do território urbano. Quando associada à evolução tecnológica, elas definirão para onde a cidade vai se desenvolver, visto que sua atuação engloba desde a ocupação do solo, estimulando tanto as centralidades quanto territórios mais distantes, até ações básicas como o deslocamento e atividades sociais e econômicas.

A Mobilidade urbana também pode ser entendida pela definição como: “um atributo das cidades e se refere à facilidade de deslocamento de pessoas e bens no espaço urbano. Tais deslocamentos são feitos através de veículos, vias, e toda infraestrutura (vias, calçadas, etc.)”. (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2005 *apud* GENTIL, 2015)

Uma outra visão para o conceito de mobilidade é refletida por Balbim (2016), na qual a ideia de deslocamento físico é dada como mais uma noção de entendimento, e além dela, é possível uma análise de causa e consequência na qual existe a componente motivação, por parte do indivíduo:

Em parte, a mobilidade está relacionada às determinações individuais: vontade ou motivações, esperanças, limitações, imposições etc. [...]. Ou seja, levando-se em conta a organização do espaço, as condições econômicas, sociais e políticas, os modos de vida, o contexto simbólico, as

características de acessibilidade e o desenvolvimento científico e tecnológico. (BALBIM, 2016, P. 29)

A acessibilidade é um conceito que caminha lado a lado com mobilidade. É um termo atual e discutido frequentemente em trabalhos acadêmicos. Nas últimas cinco décadas abordagens importantes como as definições formuladas por Hansen (1959) definem acessibilidade como uma possibilidade de integração. A facilidade com que se chega à algum canto e a comunicação com alguma atividade ou lugar específico, contudo, por mais que seja um termo de fácil entendimento, quando se faz necessária uma definição formal a sua mensuração e eficiência já não têm a mesma simplicidade.

Foi percebido que existe um ponto comum entre todas as literaturas referenciadas neste trabalho: o tema não é definido por uma única forma, o nível de acessibilidade pode alterar de indivíduo para indivíduo e para isto, fatores multidisciplinares devem ser considerados (CERVERO, 2000, tradução nossa), tal afirmativa já vinha refletida no trabalho de Joaquim (1997), no qual existe uma divisão de dois grupos: i) o grupo das primeiras necessidades, como habitação, saúde, alimentação e segurança, ii) grupo das demais necessidades, onde existe o consumo cultural, o lazer e a satisfação individual e social.

Vasconcellos (2000, p.27) associa as condicionantes gerais de acessibilidade à capacidade que o indivíduo possui de chegar facilmente ao destino pretendido, e a mensura pelo tipo e pela quantidade de destinos que podem ser alcançados por uma pessoa. Esta definição está diretamente ligada às tomadas de decisões para o planejamento do uso do solo urbano.

Ultimamente, o conceito tem sido aplicado em diversas áreas de estudo. Quando utilizados por arquitetos, comumente a referência é a microacessibilidade das edificações (rampas, escadas, pisos podotáteis) ou a comunicação visual de letreiros e placas informativas, sinalizações, as cores e seus significados tanto nas edificações quanto no espaço urbano. Quando tratados por outras áreas do conhecimento, ela pode tomar outras conotações, algumas vezes se torna um pouco mais abrangente e noutras, pode ser adequada à outras fatias de interesse de uma mesma área de conhecimento, por exemplo, os profissionais da engenharia civil tendem a interpretar a acessibilidade como uma área referente à mobilidade urbana e os sistemas de transportes.

Uma abordagem mais recente sobre a acessibilidade é feita por Macário (2016), no qual a autora disserta sobre inúmeras medidas de acessibilidade, e com focos diferentes, argumenta a importância destes indicadores como ferramenta confiável para analisar as políticas de transportes e modelos para o desenvolvimento urbano e de tráfego e também elenca dois caminhos para compreender o conceito: “A acessibilidade como indicador social em exclusão ou inclusão social [...], e a acessibilidade como indicador econômico”, na qual é abordado o desenvolvimento das cidades alinhados aos sistemas de transportes.

Assim, é possível observar que na literatura revisada, usualmente a definição de acessibilidade é associada ao alcance das atividades, e é indicada na função do uso do solo, no sistema de transportes quanto de uma medida de vantagem locacional, de um território sobre o outro, (LEMOS, D., 2004). Ainda em seu trabalho, a autora sintetiza a abrangência e o caráter multidisciplinar da acessibilidade utilizando palavras-chave como: vetor de expansão, desenvolvimento sócio-econômico-urbano, acesso e barreira, interferência no espaço urbano, integração e segregação e segurança.

As definições de acessibilidade pelo prisma de Geurs e van Wee (2004) têm foco no transporte, “a extensão em que o uso da terra e o sistema de transporte permitem que (grupo de) indivíduos alcancem atividades ou destinos por meio de uma (combinação de ) modo (s) de transporte.com foco no transporte” (tradução nossa).

Há ainda uma diferenciação entre acessibilidade e acesso, no qual a acessibilidade é tida a partir da perspectiva da localização e o acesso, é percebido a partir da perspectiva do indivíduo, “ou seja, um local pode ser acessado por pessoas, enquanto uma pessoa tem acesso aos locais.

Nas suas produções, Van Wee, Geurs e Chorus (2013) relacionam as políticas de uso do solo e o transporte como forma possibilitar a oferta de viagens, o que implica no favorecimento do acesso das pessoas a um maior número de atividades, ou seja, aumentar a acessibilidade dos indivíduos. Além do sistema de transportes, que faz uso de indicadores como o tempo de viagem, tempo perdido causado pelo congestionamento do trânsito e a própria chance de congestionamento, existem outras formas para categorizar os indicadores de acessibilidade.

Como método para medir a acessibilidade, Geurs e van Wee (2004) definem quatro medidas de acessibilidade e quatro componentes, e afirmam que para haver a acessibilidade faz-se necessário incluir pelos menos um destes itens, os componentes são: componente de uso da terra, componente de transporte, componente temporal e componente individual, como é possível perceber no quadro 01.

Quadro 01 – Síntese dos componentes de acessibilidade

<b>QUADRO SÍNTESE DOS COMPONENTE DE ACESSIBILIDADE</b>		
<b>01</b>	Componente de uso da terra	Onde se enquadra a quantidade e a oferta oferecida para cada destino, com por exemplo o local onde há emprego, lojas, atividades recreativas, existe a demanda dessas atividades através
<b>02</b>	Componente de transporte	No qual o tempo é relacionado à origem, ao tempo de espera, o custo da viagem e variáveis quanto ao conforto, segurança e demanda por infraestrutura
<b>03</b>	Componente temporal	No qual é avaliado a disponibilidade de oportunidades em horários diferentes para diferentes atividades, a exemplo de trabalho e lazer
<b>04</b>	Componente individual	Que reflete as necessidades, anseios e preferências de cada indivíduo, é bem complexo pois é variável de acordo com idade, renda, nível educacional, dentre outros.

Fonte: Geurs e van Wee, adaptado pela autora (2020).

Dando continuidade às reflexões até aqui realizadas, é possível constatar que estes componentes interferem diretamente quanto ao nível de acesso das pessoas com relação aos transportes e as oportunidades distribuídas no espaço urbano. Contudo, o autor afirma que para as medidas de acessibilidade se tornarem efetivas, de fato, deve-se considerar todos os elementos desses quatro componentes, o que na prática, de fato não ocorre. As medidas de acessibilidades definidas por Geurs e van Wee (2004) são baseadas na infraestrutura, na localização, na acessibilidade individual e na utilidade, como mostra o quadro 02. A partir de agora, nós vamos chamar esta acessibilidade de macro acessibilidade.

Quadro 02 – Quadro síntese das medidas de acessibilidade

QUADRO SÍNTESE DAS MEDIDAS DE ACESSIBILIDADE		
01	Medidas baseadas em infraestrutura	Abrange indicadores do nível do serviço a partir das velocidades de viagens e dos níveis de congestionamentos
02	Medidas baseadas na localização	Analisa a macro acessibilidade nos locais a partir de esforços como medidas de contorno e empregos acessíveis de automóvel em 30 minutos
03	Medidas baseadas na acessibilidade individual	Fundamentada no estudo do fator temporal nas atividades humanas no espaço (trabalho do geógrafo sueco Hägerstrand, 1970). Possui restrições como a limitação do acesso por barreiras impostas ou pelo proprietário do local ou pelas autoridades, limitação do movimento do indivíduo.
04	Medidas baseadas na utilidade	No qual analisa os possíveis benefícios econômicos que um indivíduo alcança ao acessar algumas atividades espacialmente distribuídas.

Fonte: Geurs e van Wee, adaptado pela autora (2020).

Os componentes e medidas de acessibilidade designados por Geurs e van Wee (2020) corroboram a reflexão teórica de Henri Lefébvre no qual é definido o direito à cidade a partir das “formas, funções, estruturas da cidade bem como as necessidades sociais inerentes à sociedade urbana.” (2004, p.105)

### 2.3 Direito à cidade

Henri Lefébvre foi o pioneiro em cunhar o conceito de direito à cidade, no ano de 1960. O tema é geralmente dividido em duas vertentes pelos autores modernos, sendo uma a legislação propriamente dita, com ampla abordagem do direito a propriedade como base legal do direito à cidade, e a outra a voltada para direitos e cidadania, com enfoque social (TRINDADE, 2012).

O passo inicial de Lefébvre foi trazer um conceito que visava romper com a mercantilização do espaço urbano típico das sociedades capitalistas, se referindo a uma vida diferente, inserido num espaço urbano diferente, essa seria a proposição inicial. Lefébvre se baseou nas mudanças ocorridas em Paris, entre 1853 e 1870, a qual reformulou os espaços urbanos e estabeleceu os subúrbios nos arredores da cidade como locais de moradia dos trabalhadores, deixando-os de fora do sentimento de pertencimento a cidade e usufruto de suas experiências (TRINDADE, 2012).

A cidade é um cenário de conflitos e confrontos entre as diversas classes sociais que ali coabitam, devendo essa miscigenação ocorrer de forma natural. O afastamento do proletariado para os subúrbios trouxe à classe burguesa parisiense a possibilidade de mercantilizar o centro da cidade, à medida que a própria classe burguesa também experimentava essa descentralização. Esse cenário foi palco da especulação imobiliária e da troca das relações de valor de uso para as relações de valor de troca.

O direito à cidade, nesse contexto, seria o direito “à vida urbana, à centralidade, aos locais de encontros e de trocas, aos ritmos da vida e empregos do tempo que permitem o uso pleno e inteiro desses momentos e locais...” como escreveu Lefébvre (2008, p.22).

Atualmente existe um completo arcabouço legal que delimita espaços, organiza a cidade e impõe sérias restrições a circulação de forma a organizar a cidade. Esses aspectos foram tratados pelo jurista brasileiro Edésio Fernandes (2007) quando ampliou o conceito original instituindo que existia um valor não agregado anteriormente nos conceitos originais de Lefébvre: as leis (FERNANDES, 2007).

A ordem legal imposta no ordenamento jurídico implica necessariamente na exclusão territorial, segregação social e na degradação do patrimônio urbanístico, além dos impactos ambientais, atingindo mais amplamente os socialmente marginalizados. Vale ressaltar que muitas dessas bases jurídicas de organização da cidade foram cunhadas sem a participação popular, o que ainda agrava o fato de segregar a camada mais desvalida para longe dos grandes centros urbanos, criando bolsões de pobreza em troca de uma vida mais palatável das classes abastadas nos centros.

Em 2001 surge o primeiro grande referencial brasileiro, o Estatuto das Cidades (Lei 10.257/2001), fundado em torno do Art. 1º, II e III e Art. 3º, I, II, III e IV da Constituição Federal, e regulamentando os Arts. 182 e 183 da mesma carta magna. O Estatuto das Cidades vem dos movimentos sociais da década de 60, sobrestados pelo regime militar e retomados na redemocratização, sendo introduzido na Constituinte de 1988 sob forma de pressão popular, notadamente os setores ligados a moradia, transporte, associações, entidades profissionais e até a igreja católica (Maricato, 2007).

A política urbana apresentada pelo Estatuto das Cidades traz no parágrafo único do seu Art. 1º:

*“Para todos os efeitos, esta Lei, denominada Estatuto da Cidade, estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental”.*(BRASIL, 2001)

O Brasil, no entanto, ainda é terra pouco amigável quando se fala de garantias e direitos coletivos. Carvalho e Rodrigues (2016) dissertaram que quinze anos depois do Estatuto das Cidades, este ainda é pouco conhecido e pouco aplicado, mesmo servindo como marco regulatório para os municípios estabelecerem seus Planos Diretores como política urbana de planejamento municipal, a Lei encontrou forte oposição à lógica imobiliária que determina, de fato, a ocupação dos espaços urbanos (CARVALHO E RODRIGUES, 2016).

Segundo Whitaker (2003), os grandes centros dispõem de toda uma infraestrutura já implantada, como saneamento, luz, asfalto, etc., custeada pela sociedade. Partindo dessa premissa, seus moradores já aplicam a função social do imóvel, que é habitá-los, tornando-os substancialmente valorizados por tudo que oferecem, sendo impossível aos suburbanos acessá-los devido ao alto custo de aquisição. Desse ponto de vista, a lei se aplica a eles nos casos de limites a verticalização, adensamento, ou coisa do tipo, já que a desapropriação ou redirecionamento social seria um tanto oneroso o que desencoraja a empreitada (WHITAKER, 2003)

O resultado desse contexto é que o Estatuto das Cidades é mais uma Lei de prateleira, sem aplicabilidade prática, já que muitos de seus dispositivos são aplicados ou não pelos municípios pela sua conveniência, a fim de respeitar o pacto federativo e a autonomia dos municípios. Aqui é necessário ressaltar que apenas o Plano Diretor é obrigatório, todo o resto jurídico contido no estatuto é opcional, ao sabor das gestões municipais (CARVALHO E RODRIGUES, 2016).

Segundo Whitaker (2003), um breve olhar sobre as cidades brasileiras é suficiente para traduzir as desigualdades sociais em espaciais e territoriais. As fronteiras urbanas são bem delineadas e servem para diferenciar a cidade da não-cidade.

Observando a segunda vertente de Lefébvre, ou seja, o debate de direitos e cidadania, faz-se necessário trazer os elementos descritos por Marshall para a compreensão histórica das mudanças que possibilitaram aos cidadãos entender seu papel no mundo contemporâneo (SOUKI, 2006).

O conceito de cidadania de Marshall é um *status* de quem está inserido na sociedade de forma participativa, um sentimento de pertencimento, associado a três grandes elementos, o civil, o político e o social. Atualmente os conceitos de Marshall para a construção da cidadania são apresentados como um conflito entre liberdades e poderes, no sentido em que as liberdades tradicionais necessitam de mecanismos garantidores diante do avanço do capitalismo e da consequente exclusão dos setores menos favorecidos (TRINDADE, 2012).

Desse ponto de vista, o direito à cidade é percebido como uma necessidade do Estado se impor diante dos fatores excludentes, como a especulação imobiliária, por exemplo, em favor do direito inalienável de permitir as pessoas se tornarem os cidadãos definidos por Marshall e Lefébvre.

### 2.3.1 *Direito à cultura*

A Carta Constitucional de 1988 inovou em muitos aspectos, principalmente ao inserir como garantia alguns direitos intransferíveis do indivíduo, e nessa estrutura de novas possibilidades se estabeleceu o direito à cultura e ao lazer. O direito à cultura é importante no sentido que permite ao cidadão perceber que existem realidades diferentes à sua volta, que podem ser interpretadas de várias formas a depender da ótica que utiliza.

A importância dada à cultura pela filosofia, a sociologia e até mesmo pelo conjunto jurídico brasileiro nem de perto contrasta com o que realmente se percebe na realidade. Na vida real a cultura é produto de primeira necessidade para alguns e subproduto para outros, cuja necessidade cotidiana não passa por ela. Faltam políticas públicas de inserção e orientada sobretudo para os jovens e que possam alcançar o maior número possível de indivíduos, como forma de construir uma identidade cidadã.



### 2.3.2 Políticas Públicas: A Política Cultural em Fortaleza

Os anos 2000 trouxeram muitas novidades em termos de políticas públicas voltadas para a cultura. Uma das mais festejadas foi a nomeação do cantor e compositor Gilberto Gil para a pasta da Cultura no governo Lula no ano de 2003. Na gestão do artista, o orçamento da união para a cultura saltou de 0,14% para 0,9%, bem como surgiram programas como o Cultura Viva, que descentralizou, através da implantação de novos pontos de cultura referenciado pela diversidade de seu público. Nessa época já existiam as Leis do Audiovisual<sup>1</sup> e a Rouanet<sup>2</sup>, contudo foi na gestão de Gil que houve uma alavancagem dos recursos obtidos (SANTOS, 2009)

O exemplo citado serve para descrever a atuação do governo, como política pública, buscando repercussões políticas, sociais e econômicas. Lahera (2004) descreve política pública como “solução, atividade ou grupo de atividades específicas voltadas às demandas e interesses relacionados aos assuntos públicos, por meio de alocação de recursos públicos, executadas por estrutura de governo legitimada para isso.”

As políticas públicas têm participação de diversos grupos, entre Estado, instituições, grupos, movimentos sociais, fomentadas por meios financeiros, contextos socioeconômicos e demandas externas, sendo resultado de um conjunto de atores e cenários possíveis. As políticas públicas são formuladas nesse ambiente, contudo as voltadas para a cultura têm uma particularidade, que é a atuação simbólica, ou seja, geralmente as políticas públicas culturais se relacionam com propriedade intelectual, capacidades e criação do ser humano, sem ter algo tangível como resultado (SOUZA LEITE, 2015).

Mais precisamente quando se fala de políticas de acessibilidade cultural, o fator mais preponderante é a mediação entre o público e o objeto a ser consumido, sendo oportunizada a interação entre eles buscando o amplo acesso aos bens culturais.

---

<sup>1</sup> A Lei do Audiovisual foi criada em 1993 (Lei 8.685/93) que possibilitou o investimento da produção e coprodução de obras cinematográficas e audiovisuais.

<sup>2</sup> A Lei Rouanet foi editada em 1991 (Lei 8.313/91) permitindo incentivos fiscais a fomentadores da cultura no país, estimulando a iniciativa privada a participar dos projetos culturais.

Essa mediação possibilita, por exemplo, o diálogo com pessoas excluídas socialmente de forma a possibilitar uma oferta cultural diversificada.

As dificuldades de conceber políticas públicas duradouras consiste basicamente no fato de que elas não se apresentam como políticas de Estado, e sim carregam em seu nascimento o DNA da gestão que a apresentou, ficando rotulada no seu nascedouro, muitas vezes programadas para o curto prazo e com ações afeitas ao poder político em voga, o que contraria o processo de formação da própria política pública, como visto acima.

A participação do Estado é planejar, o restante das possibilidades é decidido pela mediação, com ênfase nas diversidades culturais, regionalidades, e sobretudo sem impor conteúdo, formato ou código, deixando o público livre pra decidir qual o objeto de cultura e de forma ele deve ser consumido. Existe, contudo, a possibilidade de o Estado ofertar produtos culturais diversos, como forma de apresentação ou democratização, procurando difundir a cultura em todas as suas formas (SOUZA LEITE, 2015).

Segundo Calabre (2009), o Estado deve permitir a pluralidade cultural, por meio das políticas culturais com a valorização de todas as práticas. O conteúdo apresentado permite conceituar uma política pública cultural eficaz como sendo aquela que promove indivíduos, que possibilita a ocupação de um espaço, a construção de uma identidade, de entender e ser entendido por seus valores.

O entrave dessa participação popular na elaboração de políticas públicas, é que os grupos socialmente mais fortes tendem a se impor perante os mais fracos e assim pode acontecer distorções, como aceitar as artes urbanas como a arte gráfica e o grafite, no qual comumente este grupo mais forte entende como pichação, por exemplo. Dessa forma é necessário a mediação a fim de evitar distorções, bem como é importante desvincular as propostas para execução de qualquer convicção pessoal, devendo sempre prevalecer o interesse público, ou o interesse do público a que se destina o programa.

Por fim, a elaboração de qualquer política pública, principalmente as voltadas para a cultura, não são executáveis por si só. Elas dependem de outras políticas

públicas que permitam seu acontecimento, como as voltadas para o transporte, por exemplo, elas se complementam umas às outras formando um conjunto de ações do Estado em prol da construção da cidadania.

Dentro dos conceitos de direito à cidade, as políticas culturais vêm sendo empregadas com o objetivo de trazer de volta a ocupação dos centros urbanos e assim promover a recuperação dos conflitos sociais do cotidiano, principalmente ao permitir aos segregados o uso dos equipamentos culturais. Tão importante como as outras políticas governamentais, a cultura é sede da sua ancestralidade e projeção do seu futuro.

O que torna difícil essa compreensão é o fato que dentre as necessidades mais básicas da existência humana a cultura seja, talvez, a mais supérflua. Em meio a busca por comer, vestir e morar, “se divertir” não tem relevância alguma, nenhum indivíduo socialmente marginalizado consegue absorver cultura quando as condições básicas de Maslow<sup>3</sup> não são atingidas (SILVA, 2005).

No entanto, longe do imaginário dos excluídos, a cultura, ou o investimento nela, é motor do emprego e da geração de renda. Segundo Cribari (2002) a indústria da cultura tem números impressionantes, quando comparados a outros setores, gerando, com o mesmo investimento, até 90% a mais de postos de trabalho, demonstrando a importância do entretenimento na formação do Produto Interno Bruto – PIB.

Fortaleza, por suas nuances turísticas é local de grande movimentação e palco de grandes profissionais do meio. Muito embora exista um aparato privado de entretenimento, no setor público as coisas não andam assim tão prósperas. A cidade possui vários equipamentos voltados para a disseminação da cultura, no entanto, as políticas públicas voltadas para o acesso do cidadão a cultura parecem inexistir, todo o esforço estatal foi concentrado em produzir cultura, através de editais e parcerias, sem, contudo, fazer a inclusão das camadas menos favorecidas.

Os mecanismos criados se limitam a financiar os projetos culturais, inicialmente com a Lei Sarney de 1986 e mais adiante com a Lei Rouanet de 1991. Durante esse período nada foi elaborado tendo em vista a participação popular, somente se

---

<sup>3</sup> Maslow foi um psicólogo norte americano que criou a pirâmide das necessidades humanas, também chamada de pirâmide de Maslow, a qual hierarquiza as necessidades humanas, desde as mais básicas, condicionantes da existência, até as de autorrealização.

estabeleceu formas para os eventos culturais ocorrerem, sem se preocupar com quem ou de que forma as pessoas o acessariam.

Em 2010, com o advento do Plano Nacional de Cultura- PNC, Lei nº 12.343/2010, essas questões foram postas na lei, quando o PNC cita, por exemplo, “que um dos eixos norteadores do PNC a cultura como direito de cidadania” e consignou o fortalecimento de processos de gestão no que se refere a acesso e participação social.

Passados 10 anos do PNC e suas inovações, a realidade hoje é que muito pouco se avançou quando se procuram políticas públicas para o acesso das pessoas aos equipamentos culturais e/ou eventos culturais, em regra, mesmo financiados pelo recursos público, tais acontecimentos se restringem à pequena parcela da população que consegue pagar por ele.

Um importante instrumento no fomento à cultura em Fortaleza foi a Lei nº 9.904/12, a qual criou o Sistema Municipal de Fomento a Cultura, o qual “tem como objetivo apoiar e incentivar as diversas manifestações culturais e artísticas locais de modo efetivo, sistemático, democrático e continuado.” No entanto, somente em 2015 tal Lei seria regulamentada pelo Decreto nº 13.565/15, quando de fato passaria a ter eficácia jurídica.

O referido decreto, em seu Art. 3º traz:

Art. 3º - São objetivos do Sistema Municipal de Fomento à Cultura – SMFC:

I – apoiar e incentivar as diversas manifestações culturais e artísticas locais;

VIII – contribuir para a preservação, proteção e difusão dos valores materiais e imateriais do patrimônio cultural, histórico, natural e artístico de Fortaleza;

IX – estimular o livre acesso às fontes da cultura.

Como se observa, a lei traz mecanismos de facilitação, já regulados por decreto, mas ainda sem eficácia alguma. Numa cidade onde condenados têm direito a gratuidade do transporte e até instituições particulares de ensino custeiam as passagens noturnas de seus alunos, a prefeitura ainda peca por não oferecer tal serviço aos cidadãos que desejam acessar os equipamentos culturais.

Uma tentativa interessante de resolver tal situação foi a 10ª Edição do Festival Popular de Teatro de Fortaleza, ocorrida em 2019 e que trouxe como novidade a oferta de oficina de teatro nos terminais rodoviários, sem que o público tenha grandes necessidades de deslocamento. A Virada Cultural de 2019 seguiu o mesmo rumo, com apresentações de cinema e teatro em vários terminais rodoviários espalhados pela cidade (FARIAS, 2019).

Um dos mais emblemáticos equipamentos da cidade que operam na cultura é o Centro Urbano de Cultura, Arte, Ciência e Esporte de Fortaleza, conhecido como Rede CUCA, existente nos bairros de Jangurussu, Barra do Ceará e Mondubim. Inaugurada em 2009, a rede já atendeu mais de meio milhão de jovens, com dados computados até meados de 2015, se tornando política pública de inclusão cultural ativa e de grande interesse, que vem se mantendo mesmo com a mudança da gestão municipal, demonstrando sua importância para a sociedade (ANDRADE E REMÍGIO, 2017)

Os modelos adotados de políticas públicas para a cultura no município de Fortaleza servem para demonstrar que algumas são exitosas e outras não, algumas funcionam e outras perecem no papel, tudo depende de como a vontade política e a mobilização popular trabalham o assunto. É bem complexo garantir cultura, ou o acesso à cultura, as camadas menos favorecidas quando essas têm interesses diversos, não errado, é simplesmente complexo.

### 3. CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA POPULAÇÃO DE FORTALEZA

Nesse capítulo são apresentados os resultados decorrentes da análise socioeconômica dos mapas do município de Fortaleza, com o objetivo de tentar compreender as condições de acessibilidade da população em relação aos equipamentos culturais. O desenvolvimento do método proposto tem como produto o diagnóstico sócio econômico da população da cidade de Fortaleza organizado em mapas temático, cada mapa corresponde a um critério analisado.

Para a seleção das variáveis foram organizados os elementos que compõem a caracterização sócio econômica de uma cidade: renda, desenvolvimento humano, educação e empregabilidade. Esse método de análise urbana se organiza em seis variáveis de análise. Dentre inúmeras variáveis, optou-se por utilizar informações: (a) condições de renda média por bairro, (b) renda por setor censitário, (c) índice de desenvolvimento humano, (d) distribuição de empregos pelos bairros da cidade, (e) condições educacionais e (f) pessoas alfabetizadas com 5 ou mais anos de idade. Assim, pode-se conhecer a realidade social e sua integração na macro acessibilidade.

#### 3.1. Coleta e organização de dados

A caracterização socioeconômica aqui analisada teve como método a coleta e a organização de dados econômicos, demográficos e sociais da população alinhados em *softwares* que auxiliou no desenvolvimento de mapas temáticos para a apreciação dos devidos resultados. Todos os mapas foram elaborados no sistema de coordenadas Sirgas 2000, Sistema de projeção UTM 24S, utilizando o *Software* Qgis. Os mapas são elaborados utilizando a distribuição dos bairros como unidade de análise espacial, porém o mapa 2 utiliza o recorte dos setores censitários para uma melhor compreensão das informações sobre renda.

A elaboração do diagnóstico sócio econômico da população de Fortaleza aconteceu em quatro etapas: (a) busca de informações, (b) identificação das fontes, (c) elaboração dos mapas e (d) leitura e cruzamento das informações dos mapas.

Todo o processo de coleta de dados aconteceu no ano de 2020, porém as fontes de informações têm diferentes períodos.

As fontes utilizadas são de diferentes esperas de abrangência, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o Governo Federal brasileiro e a Prefeitura Municipal de Fortaleza. O cruzamento dessas informações caracteriza a realidade sócio econômica de Fortaleza.

A organização dos dados aconteceu através da elaboração de mapas para permitir o cruzamento das informações em um momento posterior. Nesta produção foram utilizados os programas supracitados e elaborados seis mapas: a) condições de renda média por bairro, (b) renda por setor censitário, (c) índice de desenvolvimento humano, (d) distribuição de empregos pelos bairros da cidade, (e) condições educacionais e (f) pessoas alfabetizadas com 5 ou mais anos de idade.

O primeiro mapa elaborado é Renda Média por Bairro, tendo como fonte o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento de 2010 que trabalha a receita média por bairro na cidade de Fortaleza, através das variáveis de renda, longevidade e educação.

Em sequência, foi produzido o Mapa Renda por Setor Censitário, utilizando-se como fonte o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, censo de 2010, onde a Tabela BÁSICO\_CE apresenta, na coluna V007, o valor do rendimento nominal médio mensal das pessoas responsáveis por domicílios particulares permanentes, categorizando a população em cinco classes de renda.

O terceiro mapa é Índice de Desenvolvimento Humano que tem como fonte o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento de 2010 que, através das variáveis de renda, longevidade e educação, apresenta a realidade de desenvolvimento social de Fortaleza em cinco classificações, que varia de muito baixo à muito alto.

O mapa seguinte é Distribuição de Emprego em Fortaleza, onde se utiliza como fonte o Plano Fortaleza 2040, um planejamento de desenvolvimento da cidade de Fortaleza com objetivo final em 2040, elaborado em 2016. A empregabilidade é classificada em seis faixas de emprego por bairro, variando de uma empregabilidade de 0 até 1.300 e a faixa máxima compreende de 54.000 até 119.000 empregos formais.

O quinto mapa aborda as Condições Educacionais que tem como fonte o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento de 2010 que, através das variáveis de renda, longevidade e educação, apresenta a realidade de educabilidade de Fortaleza em cinco classificações, que varia de 0,9883 até 1,0.

Finalmente, o sexto mapa é referente às Pessoas Alfabetizadas com 5 anos ou mais de idade, baseado nos setores censitários do IBGE 2010 e na tabela de dados referente a Pessoa 01 CE, quantificando os dados por cada setor censitário de Fortaleza, distribuídos em 5 classes que variam de 1.073 a 59.47 quantificando o número por indivíduo.

A elaboração dos mapas supracitados possibilitou um panorama real da situação socioeconômica especializada no território da cidade de Fortaleza, fundamental para as embasar as discussões com cada critério isoladamente ou de forma cruzada.

### 3.2 Análise da distribuição espacial da população

A análise sócio espacial constitui-se uma das etapas mais desafiadora da presente investigação. Como resultado, tem-se as informações organizadas nos seis mapas elaborados com os dados, baseado nos critérios elencados, e assim pode-se prosseguir com a caracterização social do objeto de estudo desta pesquisa.

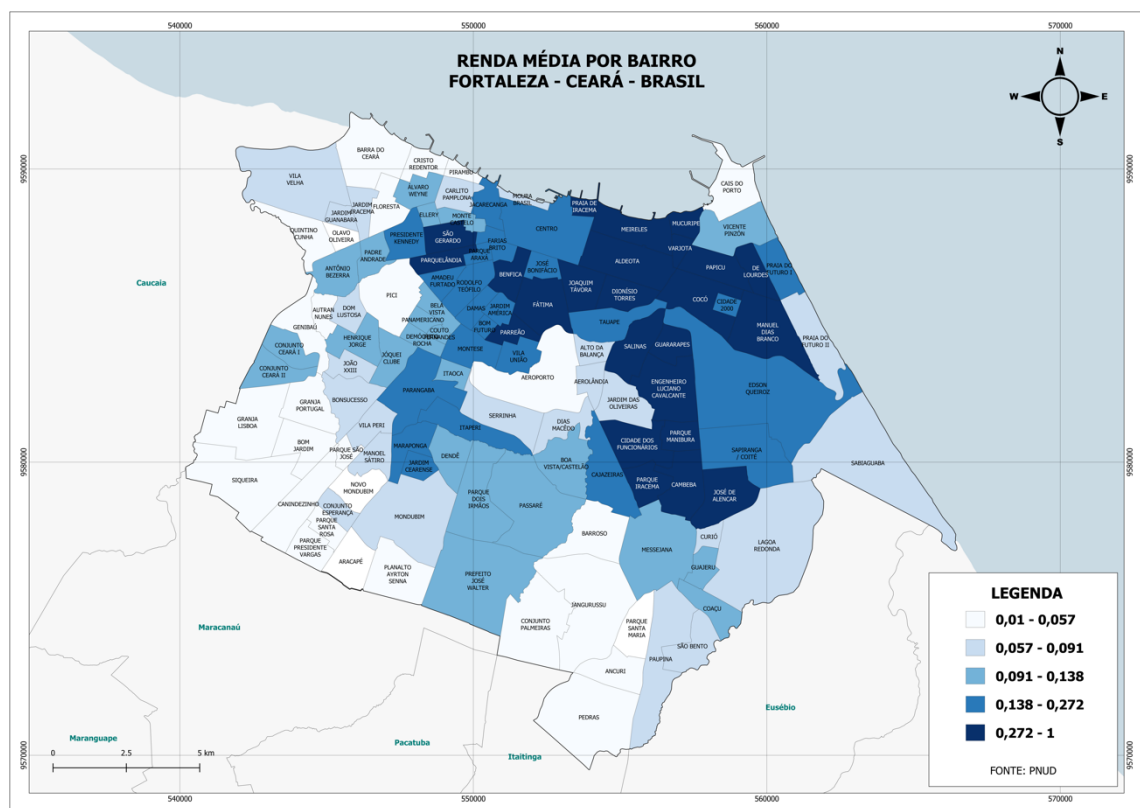
Essa pesquisa caracteriza a renda em duas escalas de aproximação, primeiramente por bairro (Mapa 1) e, em seguida, por recorte censitário (Mapa 2). A renda é primordial para o acesso aos equipamentos culturais pela íntima relação entre cultura e condição socioeconômica de quem a consome. A condição sócio econômica pode condicionar quem acessa e usufrui de um ou outro equipamento cultural. Isso não quer dizer que exista uma exclusão de determinados públicos em determinados equipamentos, mas que estes, por sua localização, por seu tipo de manifestação artístico-cultural seja menos interessante aos indivíduos economicamente menos favorecidos. (GUIMARÃES E DINIZ, 2019)

Assim, é fundamental destacar que o Mapa 1 (ver anexo 01) apresenta a concentração de renda na porção norte do território que coincide com os bairros mais privilegiados da cidade, de acordo com o exposto no mapa. Destacam-se os bairros:



Praia de Iracema, Meireles e Mucuripe, seguidos pelos bairros que formam um corredor em direção sudeste, como por exemplo, Aldeota, Guararapes, Eng. Luciano Cavalcante e Cambéa. Os dados utilizados para a elaboração deste mapa foram estabelecidos pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Brasil (PNUD), referente ao ano 2010.

Mapa 1 - Renda média por Bairro

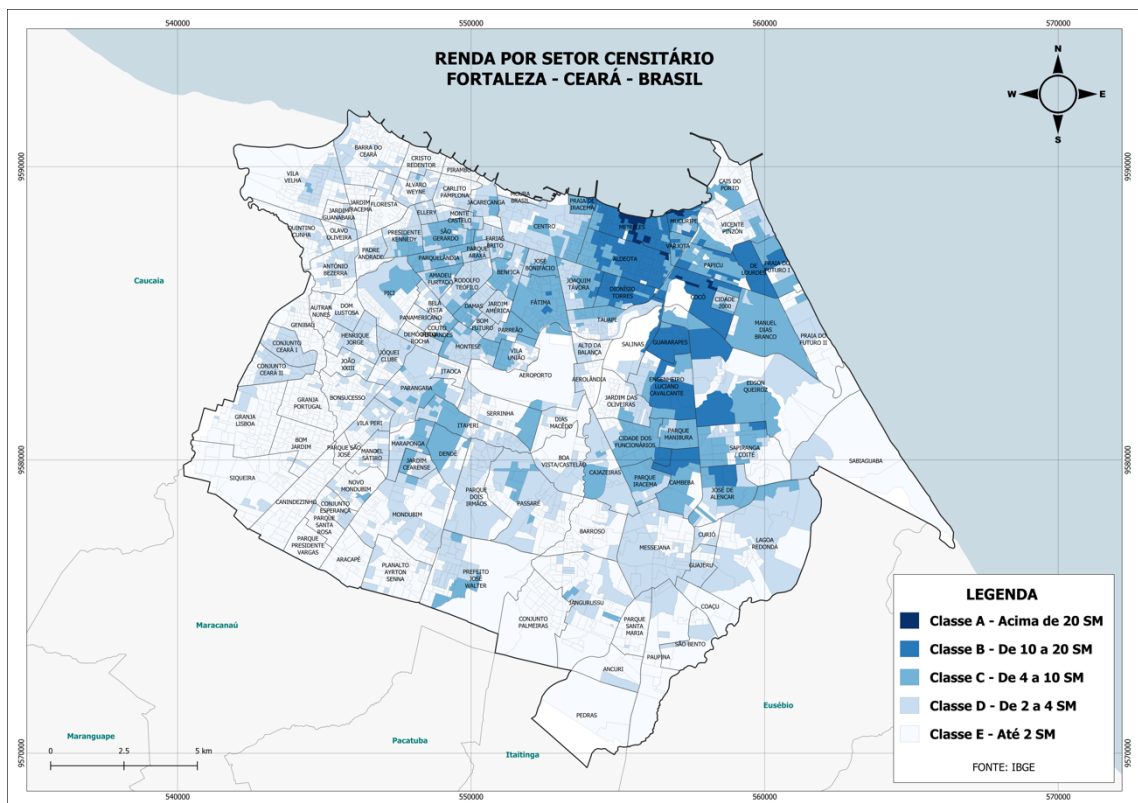


Fonte: PNUD, 2010

Corroborando com a análise anterior, o Mapa 2 (ver anexo 2) mostra a distribuição apresentada no mapa anterior, porém com uma espacialização mais minuciosa, são apresentadas cinco classes, na qual a Classe A tem renda acima de 20 salários mínimos, a Classe B aparece na faixa de 10 a 20 salários mínimos, na Classe C a distribuição é de 4 a 10 salários mínimos, Classe D de 2 a 4 salários mínimos e a Classe E possui uma renda de até 2 salários mínimos. Nesse momento, pode-se perceber a grande concentração de alta renda em uma pequena parcela da

capital, destaca-se os bairros Meireles e Mucuripe, estando estes, o que coincide por estarem bem próximos aos equipamentos culturais, mapa que será exibido mais a diante. Os dados utilizados foram fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ano 2010.

Mapa 2 - Renda por setor censitário

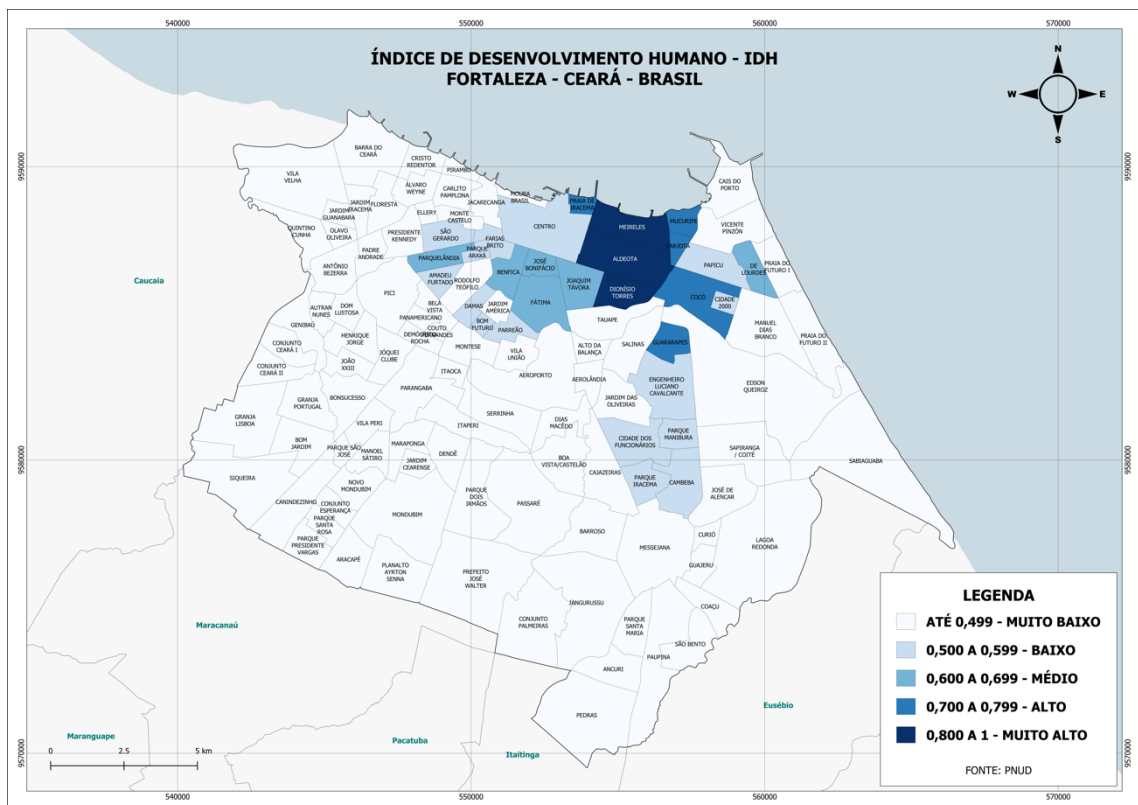


Fonte: IBGE, 2010

Em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano, o Mapa 3 (ver anexo 3) foi elaborado a partir dos dados do PNUD, 2010 e é constituído por cinco variáveis, a saber: a) até 0,499 – muito baixo, b) 0,500 a 0,599 – baixo, c) 0,600 a 0,699 – médio, d) 0,700 a 0,799 – alto, e) 0,800 a 1 – muito alto. É possível perceber que os índices mais altos de desenvolvimento humano na cidade de Fortaleza se localizam em uma linha de sentido norte a sul com três bairros, Meireles, Aldeota e Dionísio Torres. O contraste pode ser observado nos bairros com os menores índices, como por exemplo, Conjunto Palmeiras, Presidente Vargas, Canidezinho, Siqueira, Genibaú,

Granja Portugal, Pirambu, Granja Lisboa, Autran Nunes, Bom Jardim, entre outros. O abismo entre os índices é nítido e salta aos olhos a triste realidade de concentração dos melhores números em relação ao desenvolvimento humano estarem em uma porção do território correspondente à aproximadamente 30% do território.

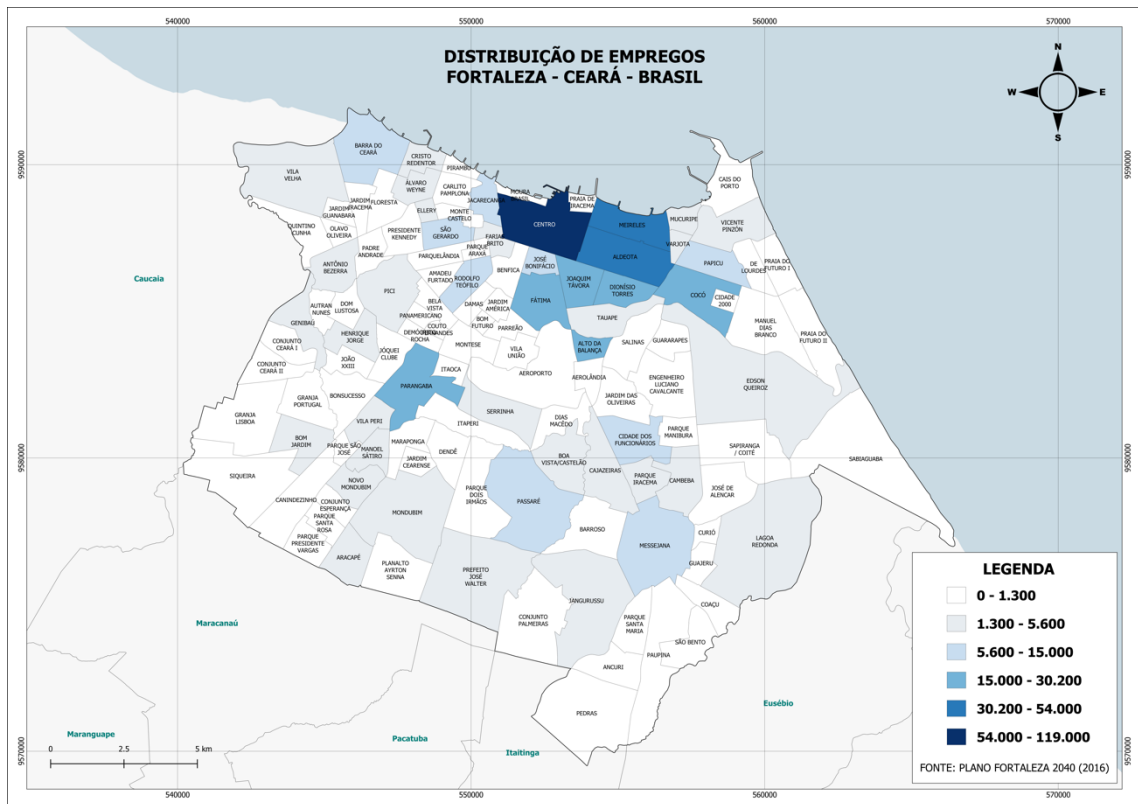
Mapa 3 - Índice de desenvolvimento humano - IDH



Fonte: PNUD, 2010

A distribuição da empregabilidade na cidade de Fortaleza pode ser observada no Mapa 4 (ver anexo 4). As informações foram colhidas no Plano Fortaleza 2040, 2016, e é possível perceber 6 variáveis que flutuam de 0 a 119.00. Nesse caso, a concentração de empregos apresenta uma distribuição um pouco diferente dos mapas de renda e IDH, tendo como a mais forte expressão o bairro Centro com sua forte contribuição do setor de comércio popular e em segundo lugar os bairros Meireles e Aldeota, onde se concentra um comércio parcialmente exclusivo para pessoas com maior poder aquisitivo.

Mapa 4 - Distribuição de empregos



Fonte: Plano Fortaleza 2040, 2016

Assim, Fortaleza se caracteriza como uma cidade de desigualdade não apenas na distribuição de renda, como visto nos mapas 1 e 2, como também heterogênea em relação a empregabilidade dos seus 121 bairros. Onde menos tem-se a oferta de empregos é praticamente nos mesmos bairros onde se encontra a maior concentração populacional (IPLANFOR, 2016).

No contexto das condições educacionais, o Mapa 5 (ver anexo 5) apresenta uma cidade de grandes contrastes sociais, ou seja, uma pequena parcela da população que tem rendimento acima de 5 salários mínimos, encontra-se mais próximas dos equipamentos culturais, mas com condições dispersas no território. Isso quer dizer que não se pode falar de apenas uma área com grande concentração, é preciso enfatizar que a realidade não é homogênea, na qual se destaca a maior concentração na parte norte da cidade, e alguns poucos pontos em outros bairros dispersos, como

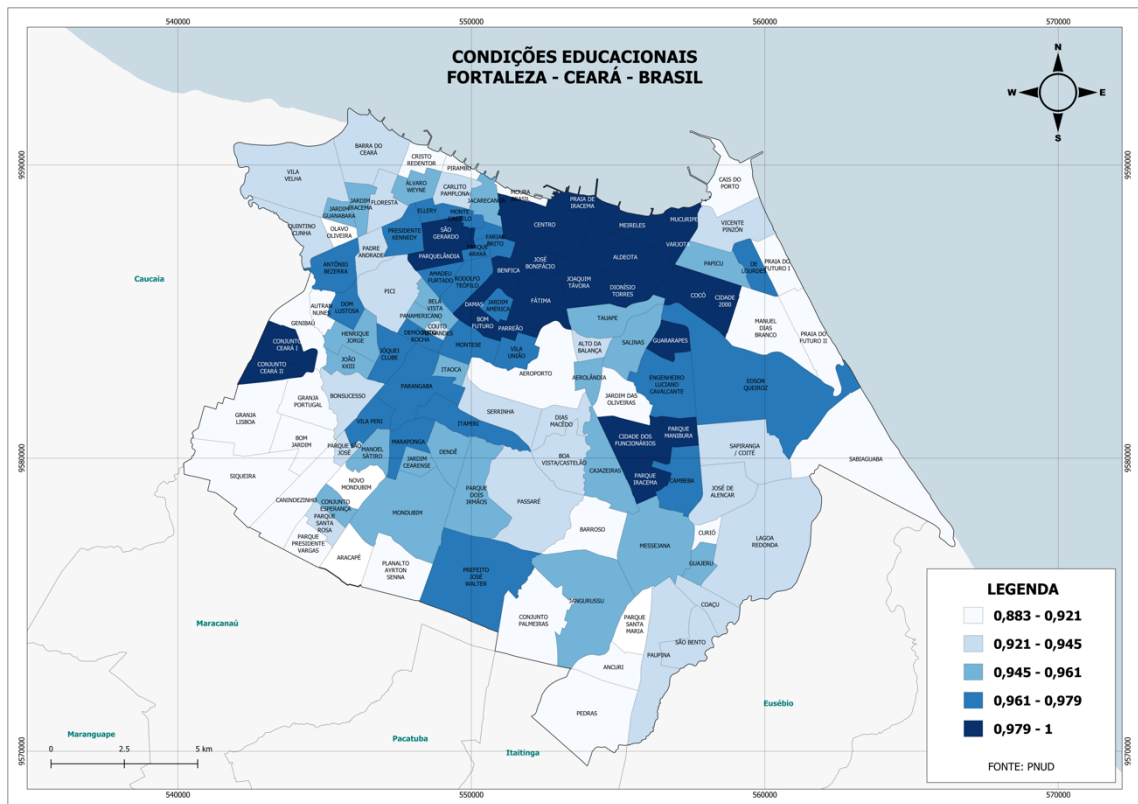
por exemplo, Conjunto Ceará I e II, Parque Manibura, Cidade dos Funcionários e Parque Iracema.

Por mais que haja uma determinada dispersão, ao analisar o mapa é perceptível que todo o processo de concentração dos equipamentos culturais e a maioria das políticas públicas se concentram nesse território privilegiado. É importante ressaltar que historicamente todo o processo relacionado à infraestrutura, renda, acessibilidade, mobilidade tem sua concentração próxima ao litoral norte, especificamente entre o Mucuripe e a Praia de Iracema, até mesmo para destacar o ponto de vista do desenvolvimento turístico de Fortaleza. Em assim sendo, é notório também que todo o processo de incentivo à políticas públicas se concentram nesta área.

Fazendo uma relação com o direito à cidade, o que parece é que Fortaleza se comporta como um retrato da negação desse direito à população segregada. Por mais que seja identificado algumas manchas como no Conjunto Ceará I e II, não é possível afirmar que existe uma homogeneização, a uniformização que existe na realidade é relacionada à segregação da população, o que é justificado e confirmado pelos mapas da maior concentração de equipamentos culturais estarem localizadas na porção privilegiada do território urbano. A acessibilidade e a mobilidade urbana giram em torno da antiga regional II, que, em gestões anteriores, houve um processo de tentativa da descentralização das políticas culturais e dos equipamentos, com a criação dos Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esporte - CUCA.

É importante apresentar que nos arredores do Siqueira possui uma grande área de baixos índices educacionais, com poucos equipamentos, assim como outras partes de baixas condições educacionais. O fato é que a população não precisa somente ir até a área elitizada do município, esta população tem direito de ter equipamentos culturais em seus territórios acessíveis à todos. As informações que auxiliaram para a produção do mapa foram do PNUD, 2010.

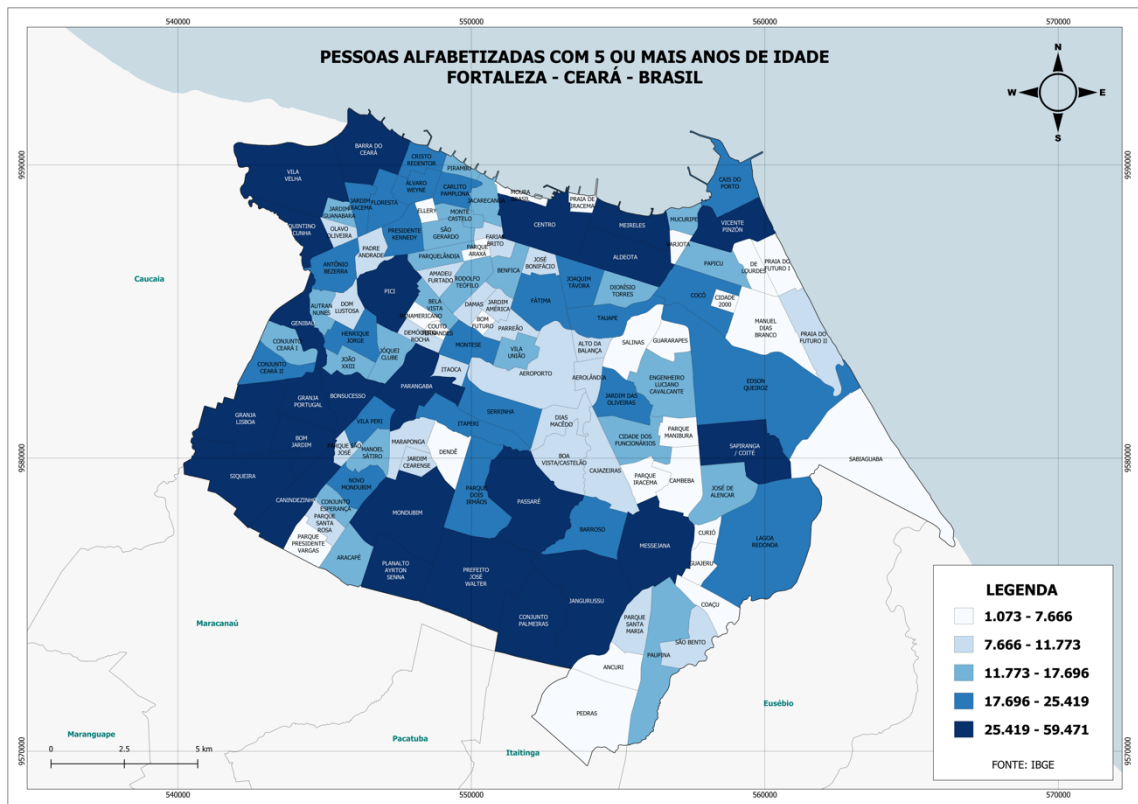
Mapa 5 - Condições educacionais



Fonte: PNUD, 2010

O último critério de análise é referente ao mapa 6 (ver anexo 6). Nele estaca-se que a espacialização da alfabetização do município de Fortaleza não é homogênea. Observa-se o alto índice de alfabetização em áreas com maior concentração de renda, conforme exposto anteriormente. A análise dos mapas que abordam a distribuição de renda na cidade, por bairro e por setor censitário, demonstra a intensificação das desigualdades sociais no município de Fortaleza, como é possível observar nos bairros do Meireles e Aldeota.

Mapa 6 - Alfabetização a partir dos 5 anos



Fonte: IBGE, 2010

O principal fator a ser destacado em relação à concentração de alfabetização em áreas periféricas é que a população nestas áreas é de maior número. Uma pesquisa de mobilidade em Fortaleza que aborda a segregação sócio espacial periférica de Fortaleza como temática central (PALMEIRA, 2020) comprova, em seu mapa de distribuição populacional, a concentração da população exatamente em dois polos periféricos que coincide com altos números de alfabetização observados no Mapa 6, sendo esses localizados próximos ao limite oeste da cidade. Os dados coletados são do IBGE, 2010.

### 3.4 Síntese da caracterização socioeconômica

Os resultados apresentados neste capítulo são úteis para balizar a pesquisa de forma que as variáveis da falta de acesso aos equipamentos culturais sejam vistas não somente pelo prisma da mobilidade urbana e sua localização, mas também os aspectos sócio econômicos que impedem ou dificultam o usuário usufruir do equipamento.

Em uma análise sócio econômica no território de Fortaleza, é destacável a concentração de riqueza e acessibilidade aos equipamentos culturais. Caracteriza-se como uma cidade com desigual distribuição de renda, segregada em condições de educação e emprego.

Fortaleza é uma cidade com aproximadamente mais de 2,5 milhões de habitantes (IPLANFOR,2016) o que se faz perceber que, diante das condições socioeconômicas apresentadas neste capítulo, as problemáticas em relação a acesso à cultura não se restringe apenas às condicionantes socioeconômicas, ou seja, implicam diretamente na mobilidade e na macro acessibilidade aos equipamentos culturais.



#### 4. EQUIPAMENTOS CULTURAIS E ACESSIBILIDADE

É possível dizer que a problemática central é a condição socioeconômica da população, que muitas vezes não têm condições financeiras. A cidade de Fortaleza dispõe de vários equipamentos culturais, para os mais variados fins, que vão de cinemas e teatros à casas de aprendizagem da cultura. Os bens públicos são geridos pela SecultFor, no âmbito municipal, e pela Secult no âmbito estadual e pela Prefeitura Municipal de Fortaleza.

O bairro do Centro congrega a maioria dos equipamentos disponibilizados e também os mais movimentados, beneficiado pela malha viária, originária da intervenção urbanística de Adolfo Herbster, concentração de edificações históricas e ponto focal no sistema de transporte público da cidade. (NARBAL, 2019)

Aqui se faz necessário abordar ainda o papel dos Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esporte de Fortaleza, conhecido como Rede CUCA, tendo em vista a relevância do equipamento para a população e seu notável número de atendimentos. A localização das três unidades e o programa de atividades, composto de principalmente de cursos, práticas esportivas e eventos, faz desse equipamento municipal de grande relevância no contexto cultural, um divisor da manifestação cultural na capital alencarina.

É fato já consolidado que a cultura é manifestada no território e é um dos principais meios de uso da cidade, através de espaços públicos, onde se pode vivenciá-los. Com a necessidade de incluir todos na cidade, segundo as considerações de Lefébvre, os espaços culturais têm sido os maiores expoentes de interação social com o objetivo de respeito às individualidades, a liderança do potencial criativo e inventivo e a coesão social.

Por equipamento cultural, entende-se as edificações que são destinadas às práticas culturais, são ainda, “todos os aparelhos ou objeto que tornam operacional um espaço cultural” (COELHO, 1997, p.164). Nakagawa (2011) afirma que os equipamentos culturais contemporâneos são os conceitos e as apropriações complexas advindos da história da produção cultural, que são materializados no tecido urbano (GUIMARÃES E DINIZ, 2019).

Existe uma íntima relação entre cultura e condição socioeconômica de quem a consome, essa condição, na verdade, é uma condicionante de quem acessa e usufrui de um ou outro equipamento cultural. Isso não quer dizer que exista uma exclusão de determinados públicos em determinados equipamentos, mas que estes, por sua localização, por seu tipo de manifestação artístico-cultural seja menos interessante aos indivíduos economicamente menos favorecidos. Também é importante observar que as classes sociais consomem tipos diferentes de cultura, enquanto a mais favorecida privilegia teatros, cinemas e coisas afins, a oposta tende a vivenciar mais oficinas e formações que propiciem algum conhecimento (GUIMARÃES E DINIZ, 2019).

Nesse contexto é possível observar que os grandes equipamentos culturais voltados para a formação estão em bairros de menor IDH-B, caracterizado por baixa renda, vide o exemplo os CUCAs, oferecem cursos, espaços de prática esportiva, formações, produções e difusão cultural. Atendendo nos bairros do Jangurussu, Barra do Ceará e Mondubim, a Rede Cuca tem por público-alvo jovens de 15 a 29 anos, de baixo poder aquisitivo e moradores do entorno do equipamento, buscando promover a cidadania e os direitos humanos.

Observando o oposto, podemos trazer o exemplo do Theatro José de Alencar, no centro de Fortaleza e sua programação diversificada, com apresentação de peças teatrais pagas que limitam bastante o acesso por parte da população de baixa renda. O equipamento oferta ainda cursos de dança contemporânea e formação em teatro, cujos interessados são de percepção cultural diferente dos frequentadores da Rede Cuca, por exemplo, que têm enfoque nas políticas públicas da juventude e através de uma intensa programação permanente, visa proporcionar alternativas de fruição cultural na periferia de Fortaleza.

Isso explica que cada equipamento cultural tem sua característica e seu público, nem sempre localizados estrategicamente, mas que pelas manifestações culturais vivenciadas neles determinam seu tipo, segundo o Ministério da Cultura (2009), eles podem ser cinemas, bibliotecas, museus, praças, entre muitos outros tipos.

No caso em foco, durante o desenvolvimento do trabalho, será possível perceber que a grande parte dos equipamentos culturais públicos estão situadas no Centro, local histórico que viu o crescimento da cidade através de seus sobrados e possibilitou

a preservação de alguns locais de relevância, fato que não ocorre, por exemplo, na periferia, que carece de locais de interesse.

Destacam-se três passos fundamentais na compreensão do palco cultural da cidade, abordados na primeira parte deste capítulo, são eles: (a) descrever a natureza da atividade; (b) caracterizar o porte de forma individual; e (c) verificar a distribuição dos equipamentos culturais e o impacto da sua agrangência no território

Na segunda parte, continua-se a percepção da situação dos equipamentos culturais, apresentando uma sobreposição desses na malha do sistema de transporte municipal. E, para finalizar, na última parte do capítulo, é desenvolvida uma análise da macro acessibilidade dos equipamentos culturais.

#### 4.1 Caracterização dos Equipamentos Culturais

Para descrever a natureza das atividades primeiramente foram listados todos os equipamentos situados em Fortaleza, que são geridos pela Secult, Secultfor e pela Prefeitura Municipal de Fortaleza, quadro 1. Em um segundo momento, a partir da definição de autores como Coelho, 1997, Nakagawa, 2011 e pelo Anuário do Ceará 2020 as tipologias foram definidas a fim de organizar um quadro 2 a partir da natureza de suas atividades.

Quadro 1 - Equipamentos culturais - Fortaleza

<b>NOME</b>	<b>ENDEREÇO</b>	<b>GESTOR</b>
Arquivo Público Estadual do Ceará	Rua Senador Alencar, 348, Centro, 60030-050, Fortaleza, CE	SECULT
Biblioteca Cristina Poeta	Rua Padre Raimundo Ribeiro, 580 – Autran Nunes	SECULTFOR
Biblioteca Herbênia Gurgel	Rua 531, nº 25, 2ª Etapa do Conjunto Ceará	SECULTFOR
Biblioteca Pública do Estado do Ceará Espaço Estação	Av. Presidente Castelo Branco, Av. Leste Oeste, 255 - Centro	SECULT
Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel	Av. Presidente Castelo Branco, 255 – Centro	SECULT
Biblioteca Pública Municipal Dolor Barreira	Avenida da Universidade, 2572 – Benfica	SECULTFOR
Casa de Juvenal Galeno	Rua General Sampaio, 1128, Centro	SECULT
Centro Cultural Belchior	Rua dos Pacajus, 123, Praia de Iracema	SECULTFOR
Centro Cultural Bom Jardim	Rua 3 Corações, 400 – Bom Jardim	SECULT
Centro Cultural Casa Barão de Camocim	Rua General Sampaio, 1632 - Centro	SECULTFOR
Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura	Rua Dragão do Mar 81, Praia de Iracema	SECULT

Cineteatro São Luiz	Rua Major Facundo, 500 - Centro	SECULT
CUCA Barra	Av. Presidente Castelo Branco, 6417 - Barra do Ceará	Prefeitura Municipal de Fortaleza
CUCA Jangurussu	Av. Gov. Leonel Brizola, s/n - Jangurussu	Prefeitura Municipal de Fortaleza
CUCA Mondubim	R. Marlúcia, s/n - Mondubim	Prefeitura Municipal de Fortaleza
Escola de Artes e Ofícios Thomaz Pompeu Sobrinho	Av. Francisco Sá, 1801 – Jacarecanga	SECULT
Escola de Gastronomia Social Ivens Dias Branco	Rua Manoel Dias Branco, 80 - Cais do Porto	SECULT
Estoril	Rua dos Tabajaras, 397 – Praia de Iracema	SECULTFOR
Mausoléu Castello Branco	Av. Barão de Studart, 505, Meireles	SECULT
Mercado Cultural dos Pinhões	Praça Visconde de Pelotas, entre as ruas Gonçalves Ledo e Nogueira Acioli – Centro	SECULTFOR
Mercado da Aerolândia	BR 116, 5431 – Aerolândia.	SECULTFOR
Mercado dos Pinhões	Praça Visconde de Pelotas, S/N, Centro	SECULTFOR
Museu da Cultura Cearense	Rua Dragão do Mar 81, Praia de Iracema	SECULT
Museu da Imagem e do Som do Ceará	Av. Barão de Studart, 410 – Meireles	SECULT
Museu de Arte Contemporânea - MAC do Ceará	Rua Dragão do Mar 81, Praia de Iracema	SECULT
Museu do Ceará	Rua São Paulo, 51 – Centro	SECULT
Passeio Público	Rua Dr. João Moreira, s/n, ao lado da Santa Casa de Misericórdia - Centro	SECULTFOR
Porto Iracema das Artes	Rua Dragão do Mar, 160 – Praia de Iracema	SECULT
Sobrado Dr. José Lourenço	Rua Major Facundo, 154 – Centro	SECULT
Teatro Antonieta Noronha	Rua Pereira Filgueiras, 4 – Centro	SECULTFOR
Teatro Carlos Câmara	Rua Senador Pompeu, 454, Centro, 60025-000, Fortaleza, CE	SECULT
Teatro Municipal São José	Rua Rufino de Alencar, 299 - Centro	SECULTOFR
Theatro José de Alencar	Rua Liberato Barroso, 525 – Praça José de Alencar – Centro	SECULT
Vila das Artes	Rua 24 de Maio, 1221, Centro	SECULTFOR

Fonte: Autora, 2020

Quadro 2 - Equipamentos culturais - natureza da atividade

<b>NATUREZA DA ATIVIDADE</b>	<b>DEFINIÇÃO</b>	<b>FONTE</b>
Biblioteca	Espaço que se apresenta como o lugar da informação, da discussão e da criação	COELHO, 1997
Casas, Oficinas e Institutos	São locais de uso múltiplo, incluindo apresentações musicais, teatrais, exposições, entre outros, por isso denominamos Multiculturais. Neste caso foram considerados os institutos, fundações, oficinas e casas de cultura que visam à defesa e difusão de determinadas identidades culturais ou “segmentos populares”;	NAKAGAWA, 2011
Centro Cultural	São considerados os espaços públicos multidisciplinares, resultados de políticas de difusão cultural do final de 1970 inícios de 1980;	NAKAGAWA, 2011

Espaço multicultural – CUCA's	Também são espaços públicos multidisciplinares, porém resultado de políticas que focam as exclusões social e territorial, especialmente difundidas na década de 1990	NAKAGAWA, 2011
Mercado Cultural	Espaço destinado para reunir programação cultural, artesanato e gastronomia	Anuário do Ceará 2020
Museu	Instituição estabelecida, sem fins lucrativos, que não se ocupa prioritariamente de exposições temporárias, aberta ao público e administrada para o bem público, com a finalidade de conservar, preservar, estudar, interpretar, colecionar e exibir para o público, para sua instrução e fruição, objetos e espécies de valor educativo e cultural, incluindo material artístico, científico (seja animado ou inanimado), histórico e tecnológico	COELHO, 1997
Praça	Espaço de lazer composto por restaurante e programação cultural	Anuário do Ceará 2020
Teatro	Lugar ou edifício destinado à apresentação de obras dramáticas, óperas ou outros espetáculos públicos.	NAKAGAWA, 2011
Gestão Pública	Sede a Secretaria Municipal do Turismo de Fortaleza (Setfor).	Anuário do Ceará 2020

Fonte: Autora, 2020

Após estabelecidos os critérios para a caracterização quanto à natureza da atividade, no quadro 3 observamos a inclusão dos equipamentos em cada categoria. A importância desse enquadramento e espacialização do território é de supra importância para que a gestão pública possa oferecer a população uma oferta mais homogênea das diferentes tipologias dos equipamentos culturais.

Quadro 3 - Equipamentos culturais de Fortaleza por atividade

<b>NATUREZA DA ATIVIDADE</b>	<b>EQUIPAMENTOS CULTURAIS</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Biblioteca	Biblioteca Pública do Estado do Ceará Espaço Estação, Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel, Biblioteca Pública Municipal Dolor Barreira, Biblioteca Cristina Poeta, Biblioteca Herbênia Gurgel	5
Casas, Oficinas e Institutos	Escola de Artes e Ofícios Thomaz Pompeu Sobrinho, Escola de Gastronomia Social Ivens Dias Branco, Vila das Artes	3
Centro Cultural	Sobrado Dr. José Lourenço, Casa de Juvenal Galeno, Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, Porto Iracema das Artes, Centro Cultural Bom Jardim, Centro Cultural Belchior, Centro Cultural Casa Barão de Camocim,	7
Espaço multicultural – CUCA's	CUCA Barra, CUCA Mondubim, CUCA Jangurussu	3
Mercado Cultural	Mercado da Aerolândia, Mercado dos Pinhões, Mercado Cultural dos Pinhões	3
Museu	Arquivo Público Estadual do Ceará, Museu do Ceará, Museu da Cultura Cearense, Museu de Arte Contemporânea - MAC do Ceará, Museu da Imagem e do Som do Ceará,	5
Praça	Passeio Público	1
Teatro	Teatro Carlos Câmara, Cineteatro São Luiz, Teatro José de Alencar, Teatro Municipal São José, Teatro Antonieta Noronha	5

Gestão Pública	Mausoléu Castello Branco, Estoril	2
----------------	-----------------------------------	---

Fonte: Autora, 2020

Em um segundo momento, caracterizamos os equipamentos pelo porte, de forma individual. Os mesmos são classificados em três portes: a) pequeno, b) médio c) grande. Para que esta distinção fosse possível, foram escolhidas duas variáveis: i) área construída, ii) capacidade quanto ao número de usuários, o que resultou na elaboração do quadro 4. Neste trabalho, consideramos que a informação sobre a área construída tem maior relevância sobre a capacidade de usuários.

Quadro 4 - Equipamentos culturais - Porte

<b>PORTE</b>	<b>VARIÁVEIS</b>
<b>PEQUENO</b>	i. Possui área construída < 500 m <sup>2</sup> , ou;
	ii. Capacidade < 200 pessoas
<b>MÉDIO</b>	i. Possui área construída ≥ 500 m <sup>2</sup> ou < 1.500 m <sup>2</sup> , ou;
	ii. Capacidade ≥ 200 pessoas e < 500 pessoas
<b>GRANDE</b>	i. Possui área construída ≥ 1500 m <sup>2</sup> , ou;
	ii. Capacidade ≥ 500 pessoas

OBS: A classificação prioriza catalogar de acordo com a área construída. Caso não exista informação sobre a área total construída, utiliza-se a capacidade máxima do empreendimento para classificá-lo.

Fonte: Autora, 2020

Estabelecidos os critérios para a caracterização quanto ao porte, no quadro 5 observamos o enquadramento dos equipamentos em cada categoria e foi possível ainda quantificá-los. Dos 34 equipamentos culturais 5 foram classificados em pequeno porte, 16 em médio porte e 13 em grande porte.

Quadro 5 - Equipamentos culturais - Porte x Quantidade

<b>PORTE</b>	<b>EQUIPAMENTOS</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>RAIO DE ABRANGÊNCIA (m)</b>
<b>PEQUENO</b>	Museu da Cultura Cearense, Teatro Antonieta Noronha, Biblioteca Pública Municipal Dolor Barreira, Biblioteca Cristina Poeta, Biblioteca Herbênia Gurgel	5	1500
<b>MÉDIO</b>	Arquivo Público Estadual do Ceará, Sobrado Dr. José Lourenço, Museu do Ceará, Casa de Juvenal Galeno, Museu de Arte Contemporânea-MAC do Ceará, Mausoléu Castello Branco, Museu da Imagem e do Som do Ceará, Escola de artes e Ofícios Thomaz Pompeu Sobrinho, Teatro Municipal São José,	16	2500

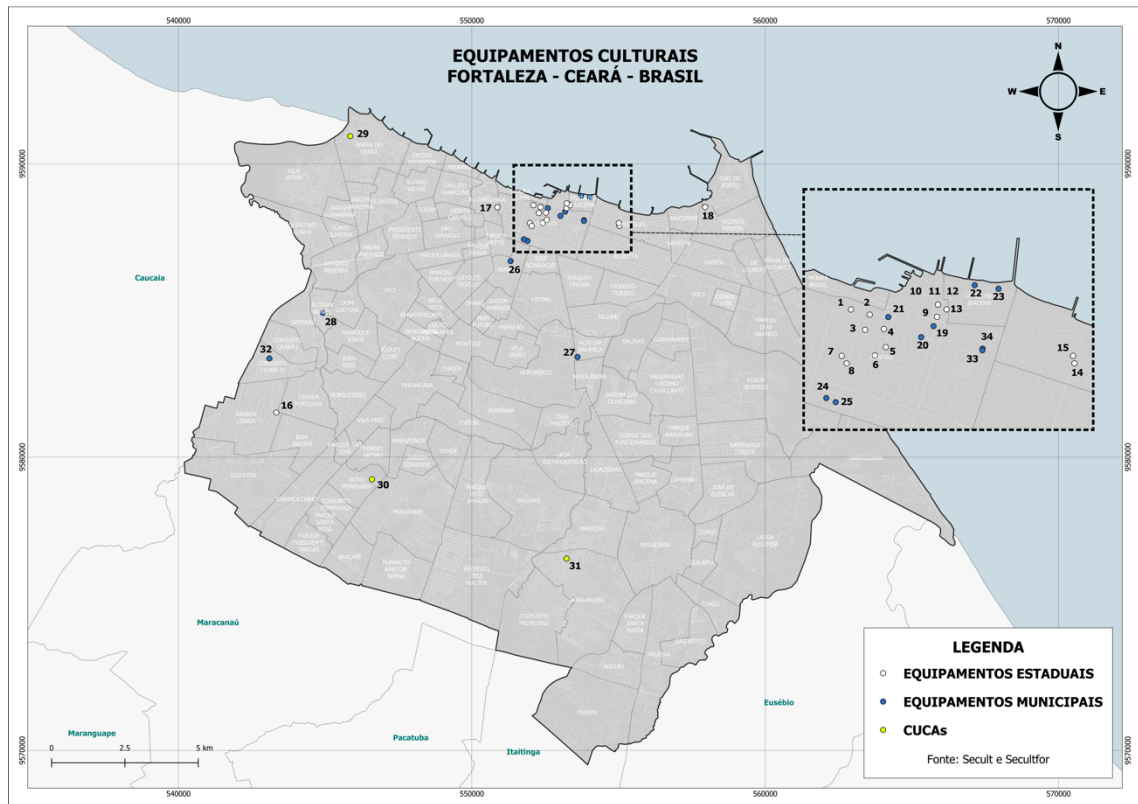
	Estoril, Centro Cultural Belachior, Vila das Artes, Centro Cultural Casa Barão de Camocim, Mercado da Aerolândia, Mercado dos Pinhões, Mercado Cultural dos Pinhões		
<b>GRANDE</b>	Biblioteca Pública do Estado do Ceará Espaço Estação, Teatro Carlos Câmara, Cinetratro São Luíz, Theatro José de Alencar, Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel, Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, Porto Iracema das Artes, Centro Cultural Bom Jardim, Escola de Gastronomia Social Ivens Dias branco, Passeio público, CUCA Barra, CUCA Mondubim, CUCA Jangurussu	13	5000

Fonte: Autora, 2020

Concluídos os passos que descrevem a natureza da atividade e que caracterizam o porte de forma individual, seguimos para o terceiro passo que é a verificação da distribuição dos equipamentos no território. De acordo com o que é apresentado no mapa 7 (ver anexo 7), a espacialização é realizada através dos endereços dos respectivos equipamentos disponíveis nos sites da Secultfor, Secult e da Prefeitura Municipal de Fortaleza, utilizando o procedimento de geocodificação dos endereços.

Ao observar o mapa 7 (ver anexo 7), fica perceptível a falta de equipamentos culturais nos bairros limítrofes do município, e a concentração na zona central e portuária, locais onde historicamente a cidade se desenvolveu. Daí se desenvolve outra grande característica quando se observa a distribuição e os tipos de equipamentos no território. O centro possui dezesseis locais, sendo um arquivo público, duas bibliotecas, quatro centros culturais, um cineteatro, dois mercados, um museu, um passeio público e quatro teatros, todos são alocados em prédios históricos com grande importância patrimonial da cidade, ou seja, são espaços de interesse, que são caracterizam-se como provedores de uma cultura mais refinada.

Mapa 7 - Localização dos equipamentos



Fonte: Secult e Secultfor, 2020

Cada um dos equipamentos carregam uma característica própria, uns são espaços jovens, outros mais clássicos ou de época, mas o mais importante é que existe uma variedade que possibilita aos indivíduos potencializar suas vontades, o que falta é uma política pública de acesso a eles, que promova a inclusão social e consequentemente cultural de todos. A seguir, é exposto um quadro síntese (quadro 6), com a legenda enumerada dos equipamentos do supracitado anteriormente.

Quadro 6 - Correspondência da localização

<b>EQUIPAMENTO</b>	<b>No. LEGENDA</b>	<b>EQUIPAMENTO</b>	<b>No. LEGENDA</b>
Biblioteca Pública do Estado do Ceará Espaço Estação	1	Escola de Gastronomia Social Ivens Dias Branco	18
Teatro Carlos Câmara	2	Teatro Municipal São José	19
Arquivo Público Estadual do Ceará	3	Teatro Antonieta Noronha	20
Sobrado Dr. José Lourenço	4	Passeio Público	21
Museu do Ceará	5	Estoril	22
Cineteatro São Luiz	6	Centro Cultural Belchior	23



Theatro José de Alencar	7	Vila das Artes	24
Casa de Juvenal Galeno	8	Centro Cultural Casa Barão de Camocim	25
Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel	9	Biblioteca Pública Municipal Dolor Barreira	26
Museu da Cultura Cearense	10	Mercado da Aerolândia	27
Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura	11	Biblioteca Cristina Poeta	28
Museu de Arte Contemporânea - MAC do Ceará	12	CUCA Barra	29
Porto Iracema das Artes	13	CUCA Mondubim	30
Mausoléu Castelo Branco	14	CUCA Jangurussu	31
Museu da Imagem e do Som do Ceará	15	Biblioteca Herbênia Gurgel	32
Centro Cultural Bom Jardim	16	Mercado dos Pinhões	33
Escola de Artes e Ofícios Thomaz Pompeu Sobrinho	17	Mercado Cultural dos Pinhões	34

Fonte: Autora, 2020

Nesta investigação, o aprofundamento no estudo dos equipamentos culturais localizados dentro do município de Fortaleza, e se restringirá aos equipamentos geridos pela Secult, pela SecultFor e pela Prefeitura Municipal de Fortaleza. A delimitação da pesquisa é motivada por serem órgãos públicos oficiais, de forma que possibilitará a autora entender melhor o fenômeno estudado.

Equipamento cultural pode ser interpretado como uma edificação destinada a prática e a manifestação da cultura, como os exemplos já citados. Podemos também identificar como um espaço onde existe a interação entre as manifestações culturais e o público (GUIMARÃES & DINIZ, 2019, p. 1)

Para tanto, os equipamentos culturais devem exercer papel importante no contexto social, já que a alienação cultural pode levar a despersonalização do sujeito e conseqüente perda de identidade com o grupo em que vive. Uma breve análise sobre a falta de acessibilidade aos equipamentos adequados revela fatos como a perda irreparável de costumes e condutas históricas que se perderam com o tempo.

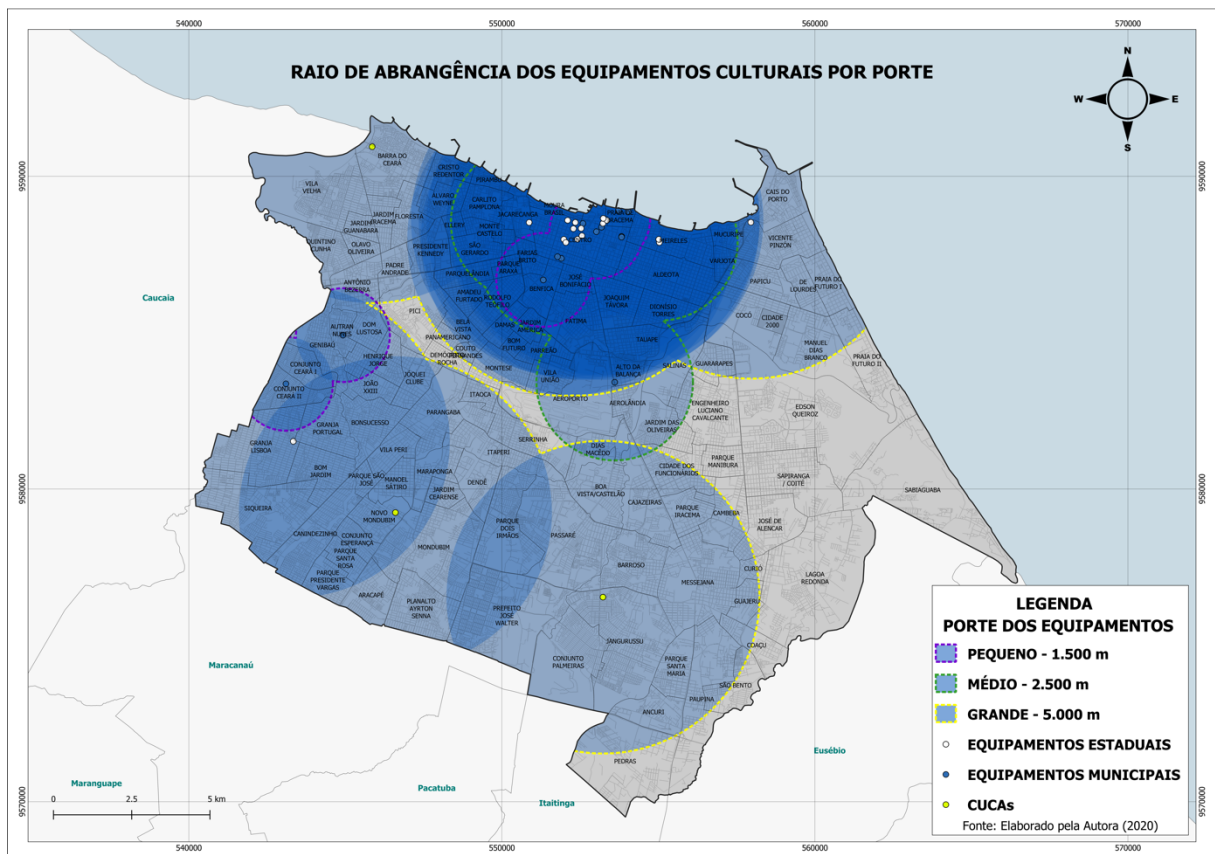
Embora seja fundamental a modernização da sociedade em face dos avanços sociais e científicos, conhecer o passado para entender o presente e programar o futuro é, antes de tudo, deixar registrado para as gerações vindouras a sua origem.

Para entender a abrangência individual de cada equipamento, foi necessário estabelecer um raio de influência. Nesta investigação, o raio foi relacionado ao porte do equipamento. Em seguida, utilizamos os parâmetros urbanísticos para a

localização dos mesmos, evidenciados por Pitts (2013) que estabelece os raios de abrangência para equipamentos culturais de médio e grande porte, respectivamente 2500m e 5000m . Em relação ao equipamento de pequeno porte, foi estabelecido um raio de influência de 1500 m por ser uma área onde, acontecendo uma boa macro acessibilidade da cidade, tem potencial em atender o maior número de pessoas possível.

A análise do impacto da rede de equipamentos culturais da cidade de Fortaleza, elaborada através do raio de abrangência apresentado no mapa 8 (ver apêndice 1) mostra que os equipamentos que se encontram fora da área delimitada pelo centro da cidade não criam uma rede que abrange todo o território. Alguns poucos equipamentos estão situados nas áreas mais socialmente fragilizadas, de forma que para a população residente nos bairros periféricos acessar os equipamentos culturais existentes no centro, onde se concentram em sua maioria, é muito oneroso e isto pode se tornar inviável muitas vezes.

Mapa 8 - Mapa de abrangência dos equipamentos



Fonte: Autora, 2020

Destaca-se primordialmente, a região correspondente aos bairros Praia de Iracema e o Centro como um pólo cultural por conta da grande concentração dos equipamentos culturais. Essa situação pode ser percebida pela sobreposição das camadas que surgiram a partir dos raios de abrangência, a porção norte é destacada com a tonalidade do azul escuro pela aglomeração de equipamentos.

A porção noroeste é contemplada em quase sua totalidade por um único equipamento, o CUCA da barra, este se mostra de fundamental importância pois atende diretamente nove bairros. Na zona sudoeste, é possível observar a existência de apenas quatro equipamentos, dois de pequeno porte (as Bibliotecas Cristina Poeta e Biblioteca Herbênia Gurgel) e dois de grande porte (Centro Cultural Bom Jardim e CUCA Mondubim). É relevante evidenciar que uma parcela dos bairros entre a zona sudoeste e norte estão descobertos pela rede de equipamentos culturais elencados nesta pesquisa, são esses: Pici, Panamericado, Demócrito Rocha, Montese, Serrinha.

O CUCA Jangurussu atende à faixa sul do município em quase sua totalidade, criando uma interseção à oeste com o raio de abrangência do CUCA Mondubim, referente aos bairros Parque Dois Irmão e Prefeito José Walter. Uma segunda interseção acontece à norte no bairro Dias Macêdo com influência do Mercado da Aerolândia.

Uma significativa região se encontra desatendida por qualquer destes equipamentos supracitados. Esta área é percebida à sul, em parte do bairro Pedras e se estende no sentido sudeste até parte da Praia do Futuro II, englobando importantes bairros como Edson Queiroz, Engenheiro Luciano Cavalcante, Parque Manibura, Sapiroanga, José de Alencar e Lagoa Redonda, e, por fim, a ala nordeste é atendida na maior parte pela Escola de Gastronomia Social Ivens Dias Branco.

Contudo, isso não quer dizer que os bairros aqui analisados, com exceção da região norte do município, estão suficientemente atendidos por atividades culturais. Esta conclusão está relacionada com os motivos que integram os equipamentos serem distintos e insuficientes para suprir a necessidade do acesso à cultura por parte dos habitantes.

## 4.2 Análise da macro acessibilidade física dos equipamentos culturais

Os equipamentos culturais são caracterizados dentro de três grandes eixos, quando se considera a acessibilidade dos equipamentos, o eixo físico, o eixo financeiro e o eixo concernente à formação/predisposição (FORTUNA E SILVA, 2002).

A partir desta reflexão, é possível relacionar o acesso aos equipamentos culturais aos *capitais* definidos por Pierre Bourdieu (2007), que podem ajudar a responder muitas questões inerentes à estruturação e a reprodução do poder na sociedade. Sendo o *capital* entendido para além do acúmulo de bens e riquezas e igualmente assimilado como uma sobreposição de habilidades, conhecimentos, de recursos e poderes podem ser manifestados em uma atividade social por parte do indivíduo. Nesta pesquisa, a partir das análises realizadas através da caracterização da população têm especial destaque o *capital* cultural que engloba a seara dos saberes, conhecimentos, escolarização e capacidade intelectual e influencia diretamente na acessibilidade dessa população aos equipamentos de cultura.

Essa caracterização também pode ser aplicada a outros equipamentos e bens da cidade, não ficando restrita apenas aos culturais. O eixo físico se refere a existência ou não do equipamento, o eixo financeiro se alinha com as questões de valor, como ingressos, consumo de alimentos, e outros, se são acessíveis e por fim o eixo da formação/predisposição, o qual se refere ao incentivo dos elementos pedagógicos e compreensivos que permitem assimilar a cultura através das manifestações culturais.

Melo e Alves (2003) reforçam esse conjunto de fatores, ao falar da importância da cidade ofertar equipamentos culturais públicos que sejam acessíveis e que existam formas de estímulo ao uso. Nesse aspecto, é de suma importância que tais equipamentos estejam distribuídos pelo território, até como forma de diminuição das desigualdades.

No Brasil, em geral, o problema da falta de equipamentos culturais em alguns locais e a concentração em outros é marca registrada da cultura nacional. Em consulta realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, mais de 73% dos municípios brasileiros não dispõem de um museu e somente 7% possuem salas de

projeção. Tais índices são observados em outros tipos de aparelhos culturais, como bibliotecas e livrarias.

Esta parte da pesquisa origina os Mapas 9,10 e 11 que tratam da análise urbana, utilizando como unidade geográfica o bairro, essa é a medida capaz de captar todas as informações necessárias ao desenvolvimento da investigação. Esta unidade também está sendo utilizada para caracterizar a configuração as condições socioeconômicas da população, como apresentado no capítulo anterior. Sendo este, mais um motivo para adotar esta medida de agregação territorial foi adotada.

Para a elaboração dos mapas 9,10 e 11 foi calculada a acessibilidade aos equipamentos culturais a partir do tempo de viagem em cada modal: a) bicicleta, b) ônibus, e c) carro. Como se trata de uma questão de origem e destino, foi definido como o ponto de partida, as residências de cada bairro. A título de cálculo, simplificou-se utilizando o centroide do bairro como uma tendência base, uma unidade simplificadora que representa as residências de cada bairro. Para a seleção do destino, foi o utilizado o critério do equipamento mais próximo ao centroide de cada bairro.

O experimento se deu através da ferramenta *My Maps*, a partir da sobreposição de dois arquivos pré-existentes sendo o primeiro com a indicação do centroide de cada bairro, que é obtido por meio de operação de geoprocessamento através do *software* QGIS, e o segundo com a delimitação física de cada bairro (IPLANFLOR, 2019).

Assim, foi possível a análise, caso a caso, onde se elabora a simulação das três possibilidades de viagem com a utilização dos diferentes meios de transporte, como os dias mais propícios para as atividades de lazer, visitas aos equipamentos culturais, se dão aos finais de semana, as simulações utilizando a plataforma do *Google Maps* foram realizadas aos sábados e domingos no período de 10:00 às 16:00.

Nas simulações com bicicleta e carro, a plataforma fornece as informações de tempo e distância, através de diversas rotas, onde se selecionou a opção mais rápida. No caso do ônibus, a plataforma disponibiliza as possibilidades de rota e indica o tempo gasto em cada percurso, não apresentando, portanto, a distância. Neste caso, as distâncias selecionadas nesta pesquisa foram calculadas manualmente com a utilização da ferramenta “medir distância”.

Esse procedimento originou o quadro 7, que apresenta cinco informações: a) origem; b) destino; c) modo; d) distância, aferida em quilômetros; e e) tempo, quantificado em minutos. Vale ressaltar que em alguns casos os percursos utilizando o modal ônibus não se aplicou, pois a própria plataforma sugeriu que o percurso fosse realizado à pé, por não identificar uma rota possível de ônibus por ser muito próximo do destino, o que foi registrado com a legenda como “não se aplica” (N/A).

Quadro 7 - Equipamentos x Bairros - Distância

<b>ORIGEM</b>	<b>DESTINO</b>	<b>MODO</b>	<b>DISTÂNCIA (km)</b>	<b>TEMPO (min)</b>
AEROLÂNDIA	Mercado da Aerolândia	Bicicleta	1,0	4
		Ônibus	1,0	8
		Carro	1,0	2
AEROPORTO	Mercado da Aerolândia	Bicicleta	4,0	13
		Ônibus	5,9	37
		Carro	5,4	14
ALDEOTA	Mausoléu Castello Branco	Bicicleta	1,5	6
		Ônibus	2,1	16
		Carro	1,5	5
ALTO DA BALANÇA	Mercado da Aerolândia	Bicicleta	0,8	3
		Ônibus	N/A	N/A
		Carro	0,9	3
ÁLVARO WEYNE	CUCA Barra	Bicicleta	3,2	11
		Ônibus	4,7	19
		Carro	4	9
AMADEU FURTADO	Biblioteca Pública Municipal Dolor Barreira	Bicicleta	3,2	13
		Ônibus	3,7	14
		Carro	3,5	9
ANCURI	Cuca Jangurussu	Bicicleta	5,5	17
		Ônibus	10,3	54
		Carro	6,5	11
ANTÔNIO BEZERRA	Biblioteca Cristina Poeta	Bicicleta	2,3	7
		Ônibus	2,8	16
		Carro	2,2	7
ARACAPE	CUCA Mondubim	Bicicleta	3,5	12
		Ônibus	5,3	26
		Carro	3,8	10
AUTRAN NUNES	Biblioteca Cristina Poeta	Bicicleta	0,2	1
		Ônibus	N/A	N/A
		Carro	0,2	1
BARRA DO CEARÁ	CUCA Barra	Bicicleta	0,9	3
		Ônibus	N/A	N/A
		Carro	0,9	2
BARROSO	Cuca Jangurussu	Bicicleta	2,0	8
		Ônibus	2,0	19
		Carro	2,5	8
BELA VISTA	Biblioteca Pública Municipal Dolor Barreira	Bicicleta	3,8	14
		Ônibus	3,8	17
		Carro	3,8	8
BENFICA		Bicicleta	0,8	3
		Ônibus	N/A	N/A

	Biblioteca Pública Municipal Dolor Barreira	Carro	0,8	2
BOA VISTA/CASTELÃO	Mercado da Aerolândia	Bicicleta	3,7	12
		Ônibus	3,7	20
		Carro	3,7	5
BOM FUTURO	Biblioteca Pública Municipal Dolor Barreira	Bicicleta	2,9	10
		Ônibus	3,1	16
		Carro	2,9	9
BOM JARDIM	Centro Cultural Bom Jardim	Bicicleta	1,7	6
		Ônibus	4,1	13
		Carro	1,7	4
BONSUCESSO	Centro Cultural Bom Jardim	Bicicleta	3,4	9
		Ônibus	5,0	24
		Carro	3,4	9
CAIS DO PORTO	Escola de Gastronomia Social Ivens Dias Branco	Bicicleta	1,5	7
		Ônibus	N/A	N/A
		Carro	1,5	3
CAJAZEIRAS	CUCA Jangurussu	Bicicleta	4,6	15
		Ônibus	8,2	37
		Carro	4,8	9
CAMBEBA	Cuca Jangurussu	Bicicleta	6,5	22
		Ônibus	9,4	44
		Carro	7,4	14
CANINDEZINHO	Cuca Mondubim	Bicicleta	3,9	15
		Ônibus	5,0	32
		Carro	3,6	9
CARLITO PAMPLONA	Escola de Artes e Ofícios Thomaz Pompeu Sobrinho	Bicicleta	2,3	9
		Ônibus	2,0	12
		Carro	2,2	6
CENTRO	Museu do Ceará	Bicicleta	0,2	1
		Ônibus	N/A	N/A
		Carro	0,2	1
CIDADE 2000	Escola de Gastronomia Social Ivens Dias Branco	Bicicleta	4,5	17
		Ônibus	6,1	30
		Carro	5,2	13
CIDADE DOS FUNCIONÁRIOS	Mercado da Aerolândia	Bicicleta	4,0	12
		Ônibus	7,0	38
		Carro	4,3	7
COAÇU	Cuca Jangurussu	Bicicleta	7,2	25
		Ônibus	10,9	61
		Carro	7,8	16
COCÓ	Escola de Gastronomia Social Ivens Dias Branco	Bicicleta	4,8	18* (uso restrito ou estradas privadas)
		Ônibus	8,1	44
		Carro	6,1	14* (uso restrito ou estradas privadas)
CONJUNTO CEARÁ I	Biblioteca Herbênia Gurgel	Bicicleta	1,1	4
		Ônibus	N/A	N/A
		Carro	1,2	3
CONJUNTO CEARÁ II	Biblioteca Herbênia Gurgel	Bicicleta	0,6	2
		Ônibus	N/A	N/A
		Carro	0,6	2
CONJUNTO PALMEIRAS	Cuca Jangurussu	Bicicleta	2,7	10

		Ônibus	3,9	20
		Carro	3,5	10
CONJUTO ESPERANÇA	CUCA Mondubim	Bicicleta	1,9	8
		Ônibus	1,9	41
		Carro	1,9	6
COUTO FERNANDES	Biblioteca Cristina Poeta	Bicicleta	5,1	20
		Ônibus	5,8	26
		Carro	5,2	12
CRISTO REDENTOR	CUCA Barra	Bicicleta	2,8	11
		Ônibus	3,6	18
		Carro	3,6	8
CURIÓ	Cuca Jangurusu	Bicicleta	6,0	21
		Ônibus	6,8	25
		Carro	6,6	14
DAMAS	Biblioteca Pública Municipal Dolor Barreira	Bicicleta	1,9	7
		Ônibus	1,8	7
		Carro	1,9	5
DE LOURDES	Escola de Gastronomia Social Ivens Dias Branco	Bicicleta	3,7	13
		Ônibus	4,1	38
		Carro	3,8	10
DEMÓCRITO ROCHA	Biblioteca Cristina Poeta	Bicicleta	4,5	18
		Ônibus	4,6	19
		Carro	4,8	13
DENDÊ	CUCA Mondubim	Bicicleta	4,1	8
		Ônibus	6,8	56
		Carro	4,1	8
DIAS MACÊDO	Mercado da Aerolândia	Bicicleta	3,4	11
		Ônibus	4,1	28
		Carro	5,4	11
DIONÍSIO TORRES	Mausoléu Castello Branco	Bicicleta	2,8	11
		Ônibus	4,1	28
		Carro	2,8	8
DOM LUSTOSA	Biblioteca Cristina Poeta	Bicicleta	1,6	5* (uso restrito ou estradas privadas)
		Ônibus	1,6	13
		Carro	1,6	4
EDSON QUEIROZ	Mercado da Aerolândia	Bicicleta	8,4	28
		Ônibus	9,7	53
		Carro	9,0	19
ELLERY	Escola de Artes e Ofícios Thomaz Pompeu Sobrinho	Bicicleta	3,3	12
		Ônibus	3,0	17
		Carro	3,2	9
ENGO. LUCIANO CAVALCANTE	Mercado da Aerolândia	Bicicleta	4,7	16
		Ônibus	4,7	33
		Carro	5,5	11
FARIAS BRITO	Vila das Artes	Bicicleta	1,4	5
		Ônibus	1,4	9
		Carro	1,4	4
FÁTIMA	Biblioteca Pública Municipal Dolor Barreira	Bicicleta	2,4	10
		Ônibus	2,0	13
		Carro	2,4	7
FLORESTA	CUCA Barra	Bicicleta	3,3	12
		Ônibus	4,8	26
		Carro	3,8	9
GENIBAÚ		Bicicleta	1,2	4



	Biblioteca Cristina Poeta	Ônibus	1,3	6
		Carro	1,1	3
GRANJA LISBOA	Centro Cultural Bom Jardim	Bicicleta	1,4	5
		Ônibus	1,4	12
		Carro	1,5	4
GRANJA PORTUGAL	Centro Cultural Bom Jardim	Bicicleta	1,7	5
		Ônibus	1,8	15
		Carro	1,6	4
GUAJERU	Cuca Jangurussu	Bicicleta	5,3	18
		Ônibus	6,0	32
		Carro	5,9	13
GUARARAPES	Mercado da Aerolândia	Bicicleta	4,6	15
		Ônibus	7,5	34
		Carro	5,1	9
HENRIQUE JORGE	Biblioteca Cristina Poeta	Bicicleta	1,8	7
		Ônibus	1,6	8
		Carro	1,6	4
ITAOCA	Mercado da Aerolândia	Bicicleta	7,9	24
		Ônibus	6,4	38
		Carro	8,1	11
ITAPERI	Cuca Mondubim	Bicicleta	6,2	20
		Ônibus	7,0	32
		Carro	5,3	13
JACARECANGA	Escola de Artes e Ofícios Thomaz Pompeu Sobrinho	Bicicleta	0,7	3
		Ônibus	N/A	N/A
		Carro	0,7	2
JANGURUSSU	Cuca Jangurussu	Bicicleta	2,3	6
		Ônibus	2,3	21
		Carro	2,2	6
JARDIM AMÉRICA	Biblioteca Pública Municipal Dolor Barreira	Bicicleta	2,1	8
		Ônibus	2,3	13
		Carro	2,1	7
JARDIM CEARENSE	CUCA Mondubim	Bicicleta	3,3	7
		Ônibus	4,0	25
		Carro	3,3	7
JARDIM DAS OLIVEIRAS	Mercado da Aerolândia	Bicicleta	3,1	9
		Ônibus	8,9	41
		Carro	3,1	5
JARDIM GUANABARA	CUCA Barra	Bicicleta	3,6	11
		Ônibus	3,5	15
		Carro	3,5	9
JARDIM IRACEMA	CUCA Barra	Bicicleta	3,1	10
		Ônibus	3,3	14
		Carro	3,1	7
JOÃO XXIII	Biblioteca Cristina Poeta	Bicicleta	2,6	9
		Ônibus	2,9	20
		Carro	2,7	7
JOAQUIM TÁVORA	Biblioteca Pública Municipal Dolor Barreira	Bicicleta	3,2	13
		Ônibus	4,8	25
		Carro	3,3	12
JÓQUEI CLUBE	Biblioteca Cristina Poeta	Bicicleta	3,3	11
		Ônibus	3,0	16
		Carro	3,1	9
JOSÉ BONIFÁCIO	Centro Cultural Casa Barão de Camocim	Bicicleta	1,4	6
		Ônibus	1,4	12
		Carro	1,4	4
JOSÉ DE ALENCAR	Cuca Jangurussu	Bicicleta	9,0	31
		Ônibus	9,2	43

		Carro	9,5	17
LAGOA REDONDA	Cuca Jangurussu	Bicicleta	8,1	28
		Ônibus	8,5	35
		Carro	8,7	20
MANOEL SÁTIRO	CUCA Mondubim	Bicicleta	1,8	5
		Ônibus	2,5	16
		Carro	2,0	5
MANUEL DIAS BRANCO	Escola de Gastronomia Social Ivens Dias Branco	Bicicleta	7,3	26
		Ônibus	9,7	53
		Carro	8,0	16
MARAPONGA	CUCA Mondubim	Bicicleta	2,8	9
		Ônibus	3,0	17
		Carro	2,9	6
MEIRELES	Museu da Imagem e do Som do Ceará	Bicicleta	0,5	2
		Ônibus	N/A	N/A
		Carro	0,5	1
MESSEJANA	Cuca Jangurussu	Bicicleta	4,2	15
		Ônibus	5,0	15
		Carro	5,7	12
MONDUBIM	CUCA Mondubim	Bicicleta	2,1	8
		Ônibus	1,9	23
		Carro	1,9	4
MONTE CASTELO	Escola de Artes e Ofícios Thomaz Pompeu Sobrinho	Bicicleta	1,8	7
		Ônibus	1,6	8
		Carro	1,8	4
MOTESE	Mercado da Aerolândia	Bicicleta	5,5	20
		Ônibus	5,5	29
		Carro	8,1	12
MOURA BRASIL	Biblioteca Pública do Estado do Ceará Espaço Estação	Bicicleta	1,6	5
		Ônibus	2,2	6
		Carro	1,7	4
MUCURIBE	Escola de Gastronomia Social Ivens Dias Branco	Bicicleta	1,6	8
		Ônibus	1,9	18
		Carro	3,4	8
NOVO MONDUBIM	CUCA Mondubim	Bicicleta	0,9	5
		Ônibus	N/A	N/A
		Carro	0,9	3
OLAVO OLIVEIRA	Biblioteca Cristina Poeta	Bicicleta	3,8	13
		Ônibus	6,5	32
		Carro	4,0	10
PADRE ANDRADE	Biblioteca Cristina Poeta	Bicicleta	4,0	13
		Ônibus	5,1	21
		Carro	4,2	9
PANAMERICANO	Biblioteca Cristina Poeta	Bicicleta	4,4	17
		Ônibus	5,1	23
		Carro	4,5	11
PAPICU	Escola de Gastronomia Social Ivens Dias Branco	Bicicleta	2,9	10
		Ônibus	5,3	28
		Carro	3,1	11
PARANGABA	CUCA Mondubim	Bicicleta	3,0	9
		Ônibus	5,5	17
		Carro	3,5	8
PARQUE ARAXÁ	Biblioteca Pública Municipal Dolor Barreira	Bicicleta	1,8	9
		Ônibus	1,6	13
		Carro	2,2	7
PARQUE DOIS IRMÃOS	Cuca Jangurussu	Bicicleta	5,4	17
		Ônibus	7,4	35
		Carro	6,5	13

PARQUE IRACEMA	Cuca Jangurussu	Bicicleta	5,7	19
		Ônibus	8,9	40
		Carro	6,5	12
PARQUE MANIBURA	Mercado da Aerolândia	Bicicleta	5,0	15
		Ônibus	7,3	35
		Carro	5,0	9
PARQUE PRESIDENTE VARGAS	CUCA Mondubim	Bicicleta	2,6	11
		Ônibus	7,0	43
		Carro	4,0	9
PARQUE SANTA MARIA	Cuca Jangurussu	Bicicleta	4,0	12
		Ônibus	7,0	32
		Carro	4,8	10
PARQUE SANTA ROSA	CUCA Mondubim	Bicicleta	2,6	11
		Ônibus	4,0	42
		Carro	4,0	9
PARQUE SÃO JOSÉ	Cuca Mondubim	Bicicleta	2,1	9
		Ônibus	2,4	11
		Carro	2,1	6
PARQUELÂNDIA	Biblioteca Pública Municipal Dolor Barreira	Bicicleta	5,0	17
		Ônibus	2,9	18
		Carro	4,1	10
PARREÃO	Mercado da Aerolândia	Bicicleta	3,6	14
		Ônibus	4,6	24
		Carro	5,2	12
PASSARÉ	Cuca Jangurussu	Bicicleta	3,7	13
		Ônibus	3,5	34
		Carro	4,4	9
PAUPINA	Cuca Jangurussu	Bicicleta	6,3	19
		Ônibus	8,0	37
		Carro	7,7	14
PEDRAS	Cuca Jangurussu	Bicicleta	7,7	25
		Ônibus	13,4	47
		Carro	10,4	17
PICI	Biblioteca Cristina Poeta	Bicicleta	6,6	24
		Ônibus	7,0	39
		Carro	8,5	19
PIRAMBU	Escola de Artes e Ofícios Thomaz Pompeu Sobrinho	Bicicleta	2,5	10
		Ônibus	2,5	12
		Carro	2,5	7
PLANALTO AYRTON SENNA	CUCA Mondubim	Bicicleta	4,0	13
		Ônibus	7,2	39
		Carro	4,2	10
PRAIA DE IRACEMA	Centro Cultural Belchior	Bicicleta	0,7	3
		Ônibus	N/A	N/A
		Carro	0,7	4
PRAIA DO FUTURO I	Escola de Gastronomia Social Ivens Dias Branco	Bicicleta	4,0	14
		Ônibus	3,7	27
		Carro	3,7	9
PRAIA DO FUTURO II	Escola de Gastronomia Social Ivens Dias Branco	Bicicleta	6,9	23
		Ônibus	6,4	34
		Carro	6,5	14
PREFEITO JOSÉ WALTER	Cuca Jangurussu	Bicicleta	3,9	12
		Ônibus	6,0	48
		Carro	4,7	10
PRESIDENTE KENNEDY	Escola de Artes e Ofícios Thomaz Pompeu Sobrinho	Bicicleta	4,0	15
		Ônibus	3,8	19
		Carro	4,0	12
QUINTINO CUNHA		Bicicleta	3,6	12

	Biblioteca Cristina Poeta	Ônibus	4,0	26
		Carro	4,0	10
RODOLFO TEÓFILO	Biblioteca Pública Municipal Dolor Barreira	Bicicleta	2,0	10
		Ônibus	2,5	18
		Carro	2,4	6
SABIAGUABA	Mercado da Aerolândia	Bicicleta	13,8	44
		Ônibus	20,0	97
		Carro	15,8	21
SALINAS	Mercado da Aerolândia	Bicicleta	2,3	8
		Ônibus	2,8	23
		Carro	2,7	5
SÃO BENTO	Cuca Jangurusu	Bicicleta	6,9	23
		Ônibus	8,8	39
		Carro	8,8	17
SÃO GERARDO	Escola de Artes e Ofícios Thomaz Pompeu Sobrinho	Bicicleta	3,0	11
		Ônibus	3,0	19
		Carro	3,3	8
SAPIRANGA/COITÉ	Mercado da Aerolândia	Bicicleta	8,2	26
		Ônibus	10,2	38
		Carro	8,4	15
SERRINHA	Mercado da Aerolândia	Bicicleta	5,6	17
		Ônibus	6,7	39
		Carro	5,6	9
SIQUEIRA	Centro Cultural Bom Jardim	Bicicleta	3,0	10
		Ônibus	3,2	28
		Carro	3,2	9
TAUAPE	Mercado da Aerolândia	Bicicleta	2,2	8
		Ônibus	2,2	19
		Carro	2,7	6
VARJOTA	Escola de Gastronomia Social Ivens Dias Branco	Bicicleta	2,6	10
		Ônibus	3,1	23
		Carro	2,6	9
VICENTE PINZÓN	Escola de Gastronomia Social Ivens Dias Branco	Bicicleta	1,4	5
		Ônibus	1,9	15
		Carro	1,4	6
VILA PERI	Cuca Mondubim	Bicicleta	2,9	9
		Ônibus	3,7	19
		Carro	3,3	7
VILA UNIÃO	Mercado da Aerolândia	Bicicleta	3,6	12
		Ônibus	5,2	24
		Carro	5,1	11
VILA VELHA	CUCA Barra	Bicicleta	2,8	10
		Ônibus	5,3	31
		Carro	3,5	10

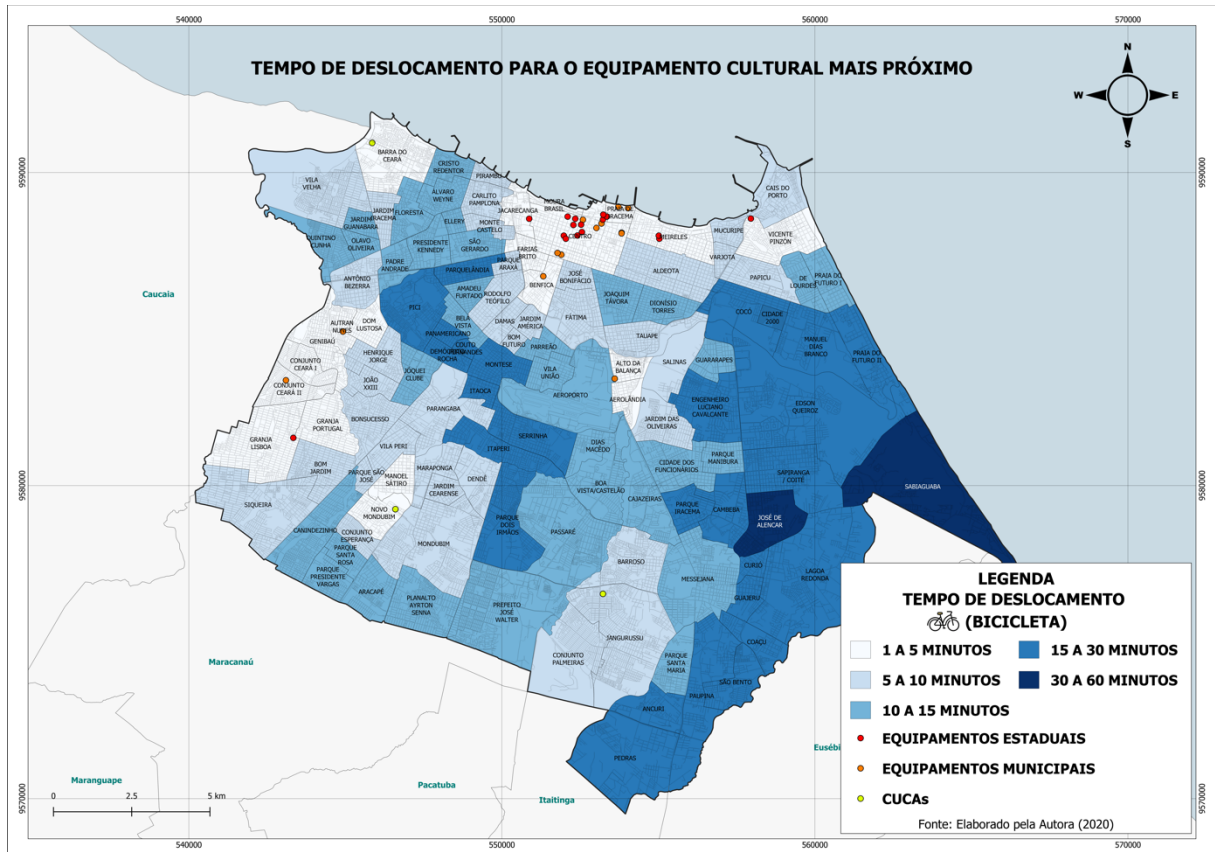
Fonte: Autora, 2020

O mapa 9 (ver anexo 9) foi desenvolvido a partir do tempo de deslocamento para o equipamento cultural mais próximo utilizando como modo bicicleta. Foram definidas cinco classes de valores que seriam o tempo necessário de viagem, em minutos, do ponto de origem ao ponto de destino, a saber:

- a) 1 a 5;
- b) 5 a 10;

- c) 10 a 15;
- d) 15 a 30;
- e) 30 a 60.

Mapa 9 - Tempo de deslocamento para o equipamento cultural - Bicicleta



Fonte: Autora, 2020

Ao analisar o mapa, é possível observar que no bairro do centro, que é privilegiado quanto a concentração dos equipamentos culturais e seus bairros imediatamente vizinhos, gasta-se no máximo 10 minutos para realizar a viagem, o que indica um acesso excelente entre origem e destino, para este modal.

Situação similar pode ser percebida na zona oeste, onde estão alocadas a Biblioteca Cristina Poeta, a Biblioteca Herbênia Gurgel e o Centro Cultural Bom Jardim. Além destas situações, percebe-se situações igualmente excelentes próximas a quatro equipamentos: a) CUCA Mondubim; b) Mercado da Aerolândia; c) Escola de Gastronomia Social Ivens Dias Branco; e d) CUCA barra.

Situação diferente acontece quanto aos arredores do CUCA Jangurussu, no qual o tempo de deslocamento aumenta para até 15 minutos., considerado um acesso satisfatório.

Vale ressaltar que na área localizada entre os três CUCAs existe um hiato no qual o tempo de deslocamento é maior ainda, entre 15 a 30 minutos, o que é considerado um acesso regular assim como na zona oposta, lado leste, a situação se repete, com exceção dos bairros José de Alencar e Sabiaguaba onde o deslocamento pode chegar até 60 minutos, situação considerada insatisfatória.

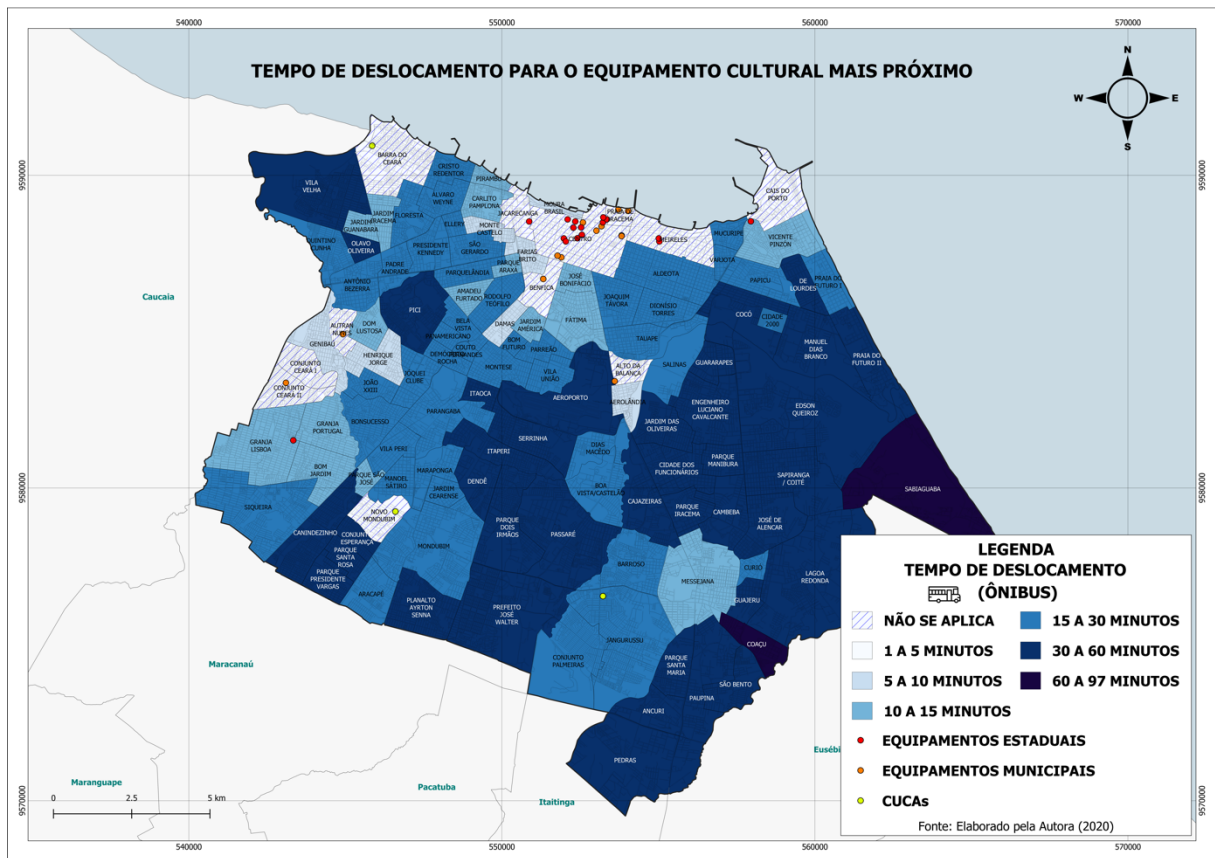
O mapa 10 (ver anexo 10) foi desenvolvido a partir do tempo de deslocamento para o equipamento cultural mais próximo utilizando como modo ônibus Foram definidas seis classes de valores que seriam o tempo necessário de viagem, em minutos, do ponto de origem ao ponto de destino, a saber:

- a) 1 a 5;
- b) 5 a 10;
- c) 10 a 15;
- d) 15 a 30;
- e) 30 a 60;
- f) 60 a 97.

Aqui, existe uma condição especial que foi identificada pela plataforma, na qual o ônibus não é uma opção viável, sendo indicado o modo pedonal, assim sendo, onde houver esta condição, será utilizada a legenda “não se aplica”.

No centro e no Meireles, é possível constatar que por proximidade, não se aplica a viagem pelo modo ônibus, sendo sempre sugerido pela plataforma a realização do trajeto a pé. Esta condição se repete em bairros como Barra do Ceará, Autran Nunes, Conjunto Ceará I e II, Novo Mondubim, Alto da Balança e Cais do Porto.

Mapa 10 - Tempo de deslocamento para o equipamento cultural - Ônibus



Fonte: Autora, 2020

Em nenhum bairro é identificado o deslocamento pela faixa de 1 a 5 minutos. Na segunda faixa, que é de 5 a 10 minutos, são apontados como acesso excelente apenas sete bairros: Moura Brasil, Farias Brito, Monte Castelo, Damas, Genibaú, Henrique Jorge e Aerolândia. Na terceira faixa, que afere a viagem de 10 a 15 minutos e é considerada como acesso satisfatório, obtém-se dezesseis bairros dispersos no território, com uma incidência maior próximo ao norte do município. Considerado como acesso regular, está a faixa de 15 a 30 minutos, na qual há maior concentração de regiões e que é possível perceber uma maior homogeneização na distribuição territorial.

Com uma expressiva representatividade do território e maior agrupamento nas regiões centro sul, sudeste e leste de Fortaleza, encontra-se um acesso insatisfatório, que eleva o tempo de viagem em até 97 minutos. O que demonstra um sistema de transporte público, referente ao modo ônibus, falho e ineficiente quanto a

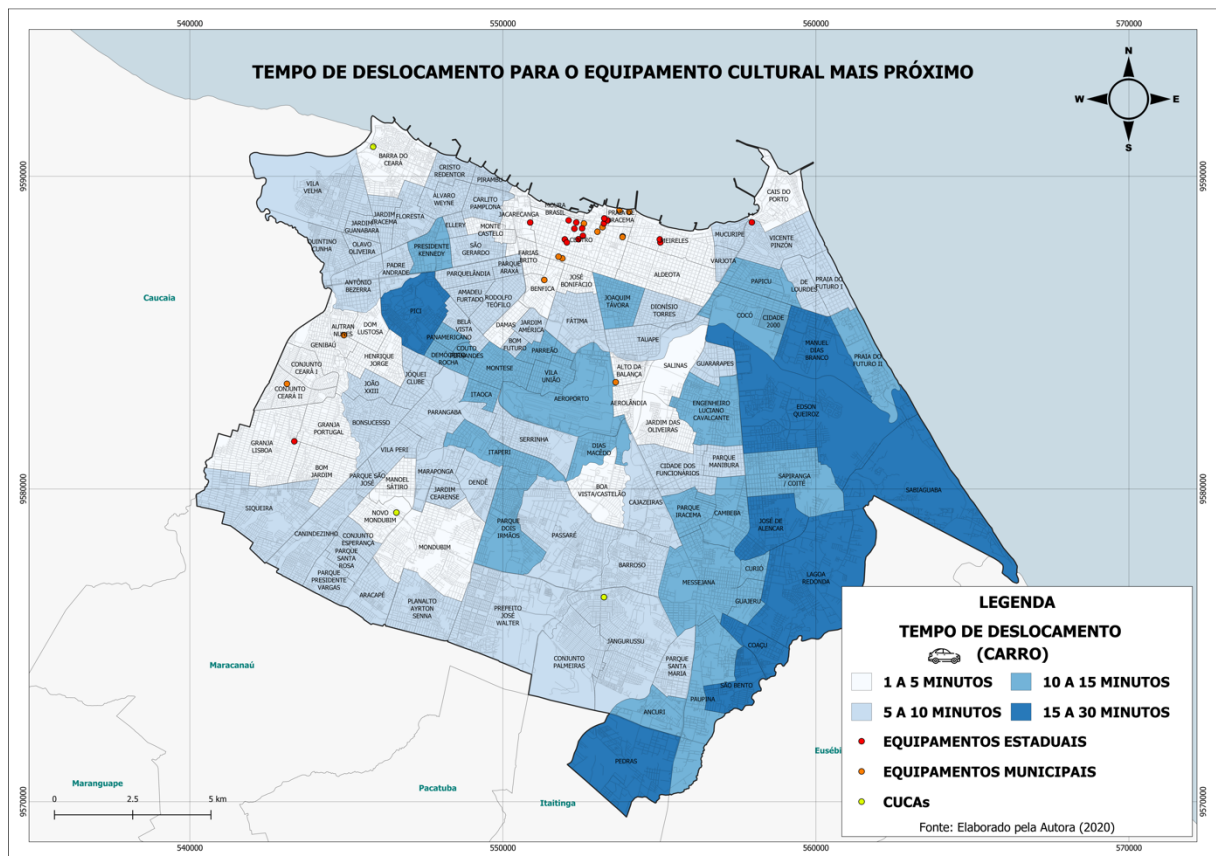


acessibilidade aos equipamentos culturais, onde praticamente a metade do território o tempo de viagem é superior a 30 minutos.

O mapa 11 (ver anexo 11) foi desenvolvido a partir do tempo de deslocamento para o equipamento cultural mais próximo utilizando como modo carro. Foram definidas quatro classes de valores que seriam o tempo necessário de viagem, em minutos, do ponto de origem ao ponto de destino, a saber:

- a) 1 a 5;
- b) 5 a 10;
- c) 10 a 15;
- d) 15 a 30.

Mapa 11 - Tempo de deslocamento para o equipamento cultural - Carro



Fonte: Autora, 2020

A partir desta análise, é notório que uma representativa porção do território é categorizado com o acesso excelente para o deslocamento com o automóvel



individual, com tempo de percurso cronometrando até 5 minutos. Mais uma vez, temos a região norte na cidade privilegiada pela aglomeração e facilidade de acesso às atividades culturais, revelando-se pontualmente da mesma forma, outros dezenove bairros distribuídos em outras áreas na cidade.

Em uma classificação de acesso satisfatório, na qual a viagem tem duração de 5 a 10 minutos, constata-se que praticamente metade dos bairros estão contemplados. Na terceira classe de valores foram percebidos 24 bairros heterogeneamente distribuídos no território

Por último, a avaliação do acesso na quarta classe de valores é considerada razoável, tendo percursos de 15 a 30 minutos. Coincidentemente aos mapas anteriores, a região leste é a área que tem menor acessibilidade, unindo-se à esta situação, os bairros Pici e Pedras.

## 5 CONCLUSÃO

O Presente trabalho, parte da premissa que Plano Diretor Participativo de Fortaleza através da política de mobilidade urbana visa proporcionar o acesso amplo e democrático ao espaço urbano, garantindo o acesso universal e irrestrito aos cidadãos e que a política de proteção do patrimônio cultural tem como uma das diretrizes a democratização do acesso aos equipamentos culturais, com a garantia da sua distribuição uniforme no território urbano, como forma de integrar o indivíduo.

Nas últimas décadas vêm acontecendo esforços em diferentes aspectos para a melhoria da qualidade de vida da população de Fortaleza, mesmo em face das ações do estado, que fornece equipamentos culturais, a cidade permanece extremamente desigual e segregadora. Esta situação, dentre tantas outras, é consequência, da oferta desigual de inúmeros itens básicos de primeira necessidade, como por exemplo o saneamento básico e da falta de acesso às condições de saúde, educação, moradia e lazer pela população de baixa renda.

Estas discrepâncias são reflexos da priorização dada aos investimentos que beneficiarão certos grupos em detrimento de outros. A forma final da cidade, o crescimento urbano, é resultado dos interesses de grupos minoritários, mas que são detentores de grande poder econômico, ou seja, não é ao acaso.

Notadamente essa parcela de cidadãos fortalezenses que vive a escassez dos serviços essenciais foi sendo continuamente empurrada para as periferias, sobretudo pelo mercado imobiliário que tomou conta das áreas nobres e as tornou excessivamente valiosas para a pouca renda do trabalhador urbano.

Mesmo com todos os mecanismos legais de fomento à cultura, o fato é que a oferta dos equipamentos culturais não aconteceu de forma alinhada à expansão da cidade, o que pode ser explicado também como uma questão cronológica na qual a cidade cresce em um ritmo diferente das necessidades. No estado, por exemplo existem épocas de investimentos mais significativos, outras de escassez de recursos e o resultado desta falta de sincronia contribui na distribuição desigual dos equipamentos culturais, dentre outros fatores, gerando imensos bolsões no território que carecem de qualquer desses equipamentos para ofertar cultura em suas mais variadas possibilidades.

Esses bairros periféricos, que concentram grande parte da população, nitidamente a de baixa renda, são preteridos na disposição de novos equipamentos culturais contudo, são regiões que são bem servidas de transporte coletivo, contudo, há um desequilíbrio quanto à rede de transportes visto que o Oeste da cidade é bem servido e o Leste mal servido, e esta é a temática deste trabalho, o problema não é a falha do sistema de transporte, mas sim da localização dos elementos estudados que a área Leste é detentora de maior renda e conseqüentemente, tem acesso a automóvel particular, o que não ocorre tanto na área Oeste, que tem maior dependência do ônibus.

A partir dos resultados obtidos, foi possível observar ainda a grande concentração de alta renda em uma pequena parcela da capital na porção norte e leste, na qual se verifica também os índices mais altas de desenvolvimento humano da cidade. Quanto a distribuição dos empregos, existem uma forte expressão no bairro do Centro, que é caracterizado pelo comércio popular e o segundo maior volta para os bairros privilegiados, como Meireles e Aldeota, no qual o comércio é diferenciado com foco nas população com maior poder aquisitivo. No quesito das condições educacionais, o forte contraste social pode ser identificado por haver uma maior concentração na parte norte da cidade, ainda que existam outros pontos dispersos em outras regiões.

Com estes dados, é possível concluir que historicamente, os processos de incentivo às políticas públicas e investimentos são direcionados às áreas privilegiadas e com isso, as demais são segregadas.

Inexiste ainda por parte das autoridades ações amplas de levar cultura, no sentido amplo, para essas populações por meio dos equipamentos já existentes, como museus, bibliotecas, teatros entre outros. Vale destacar que é impreterível a participação das instituições de educação quanto à estimulação cultural e junto aos próprios equipamentos culturais, o que corrobora os estudo de Bourdieu, que define a estrutura social de forma categorizada de acordo com o poder e o privilégio, e isto se desdobra sobre os acúmulos dos capitais de Bourdieu: *Capital* econômico, cultural social e simbólico e é refletido na sociedade e nas oportunidades individuais do cidadão pois, quanto maior o volume de capitais que este indivíduo acumula, maior é a possibilidade da sua participação em uma posição privilegiada na sociedade. A estrutura social definida por Boudieu pôde ser facilmente identificada nos mapas e

dados gerados a partir deste trabalho, nos quais se observa a distribuição desigual de recursos e concentrações de privilégio em uma minoria que tem a oportunidade de acumular mais facilmente os distintos *capitais* que a população segregada.

É interessante observar que o problema dessa massificação dos equipamentos históricos em torno do centro histórico das cidades é característica existente em quase a totalidade dos municípios brasileiros e decorre do crescimento espacial da cidade. Contudo, o desenvolvimento urbano possibilita estender esses limites até a periferia, que aqui é entendida como um espaço com a condição socioeconômica desprivilegiada, o que poderia ser amenizado com esforços políticos.

Os objetivos desta investigação, a qual foi intencionada na distribuição e no acesso aos equipamentos culturais pela população do município de Fortaleza, foram atendidos de acordo com as expectativas.

O Estatuto das Cidades apresenta claramente que o acesso cultural é um direito garantido à sociedade, o que permitiria a redemocratização das condições socioculturais e acesso à cultura. Contudo, o trabalho permitiu verificar empiricamente que estes direitos, escritos na lei, na prática não estão garantidos.

O acesso à cultura não é apenas o simples fato de se ter acesso a algum equipamento cultural. A investigação mostra que significativa parcela do território possui este acesso. Entretanto, o amplo, abrangente e participativo acesso às diversas atividades culturais é garantido apenas na região do Centro, no caso de Fortaleza.

A evolução do cenário cultural de uma cidade para uma rede plural de atividades culturais é importante e pode ser garantida ou incentivada através de políticas públicas que descentralizam e guiam para a definição de novos locais de implantação e composição do escopo das respectivas atividades. Tal situação pode oferecer atividades culturais de diversas esferas em toda a cidade, o que pode ser um pontapé primordial para uma transformação nas condições socioeconômicas.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Dionísio A & REMÍGIO, Rodrigo Ferraz C. Políticas públicas e escolha racional: o caso do Centro Urbano de Cultura, Arte, Ciência e Esporte de Fortaleza, Estado do Ceará. Artigo publicado na Revista Brasileira de Políticas Públicas. Brasília, v. 7, nº. 2, 2017 p. 248-264.

BALBIM, R Mobilidade: Uma abordagem sistêmica. Cidade e movimento: mobilidades e interações no desenvolvimento urbano / organizadores: Renato Balbim, Cleandro Krause, Clarisse Cunha Linke. – Brasília: Ipea : ITDP, 2016.

BERTOLINI, Luca. Integrating mobility and urban development agendas: a manifesto. Volume 48, 2012 - Issue 1. Amsterdam: Journal disP - The Planning Review, 2012. 15-26p.

BOTELHO, Isaura. Dimensões da cultura e políticas públicas. São Paulo Perspec, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 73-83, Apr. 2001

BOURDIEU, Pierre. 1930-2002. A Distinção: crítica social do julgamento / Pierro Bourdieu; tradução Daniela Kern; Guilherme J.F. Teixeira –São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zour, 2007.

\_\_\_\_\_. Os três estados do capital cultural. Publicado originalmente in Actes de la recherche em sciences sociales, Paris, n. 30, novembro de 1979.

BRASIL 2020. <<http://cultura.gov.br/economia-criativa/>> acesso em 7 de agosto de 2020.

CANEDO, Daniele. “Cultura é o quê?” – Reflexões sobre o conceito de cultura e a atuação dos poderes públicos. Artigo apresentado no V Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (ENECULT). Salvador-BA, 2009.

CARVALHO, Claudio O e RODRIGUES, Raoni A. O Estatuto da Cidade e seus 15 anos: opiniões novas na casa velha. Artigo publicado na Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, v.37, n.131, p.53-65, jul./dez. 2016.

CERVERO, R. (2000). Informal transport in the developing world. UN-HABITAT.

COELHO, Teixeira. Dicionário Crítico de Política Cultura. São Paulo- Editora Iluminuras, 1997.

CRIBARI, Isabela. Produção e Administração: manual para obras audiovisuais. Recife: Livro Rápido, 2002.

DA SILVA, Adriana Helena S. Moreira. Universidade, arte e cidadania: Análise do espaço cultural da Universidade de Fortaleza como ferramenta de inclusão sociocultural. Dissertação de Mestrado apresentado à Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Vila Real, Julho, 2012.

DINIZ, S., & MACHADO, A.F. (2011). Analysis of the consumption of artistic-cultural goods and services in Brazil. *Journal of Cultural Economics*, 35 (1), 1-18. <[Hhttp://dx.doi.org/10.1007/s10824-010-9129-8](http://dx.doi.org/10.1007/s10824-010-9129-8)>

EDELWEISS, Roberta Krahe. Cidade contemporânea, memória e preservação patrimonial: Uma interpretação a partir das preexistências culturais. Artigo publicado na revista *Oculum ens.*, vol 13 (1), Janeiro-Junho de 2016, Campinas-SP.

FARIAS, Karoline. Cultura in foco: Fortaleza terá programação gratuita em terminais de ônibus e praças. Matéria publicada no sitio Ceará Agora, Fortaleza, 2019. Disponível em <<https://cearaagora.com.br/cultura-in-foco-fortaleza-tera-programacao-gratuita-em-terminais-de-onibus-e-pracas/>>.

FERNANDES, Yone Moreira. A cidade, e a ideologia da cultura. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Administração da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 1985.

FERREIRA, A. B. H. Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.

GENTIL, Caroline Duarte Alves. A contribuição dos elementos da forma urbana na construção da mobilidade Sustentável. 2015.

GEURS, KT e B. VANWEE. 2004. Avaliação de acessibilidade de Estratégias de uso da terra e transporte: Direcções de revisão e pesquisa. *Journal of Transport Geography*, 12 (2): 127-140. doi: 10.1016 / j.jtrangeo. 2003.10.005. Disponível em <[https://www.jstor.org/stable/26202660?seq=1#metadata\\_info\\_tab\\_contents](https://www.jstor.org/stable/26202660?seq=1#metadata_info_tab_contents)>.

GUEDES, Maria Tarcila Ferreira; MAIO, Luciana Mourão. Bem cultural. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbete). ISBN 978-85-7334-299-4.

GUIMARÃES, A. D., & DINIZ, S. C. (2019). Equipamentos culturais, hábitos e território: um estudo de caso do Espaço do Conhecimento UFMG. urbe. *Revista Brasileira de Gestão Urbana*, 11, e20180093. <https://doi.org/10.1590/2175-3369.011.e20180093>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE. (2011). Censo Demográfico 2010. Características da população e dos domicílios. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

JOAQUIM, F. M. (1997). Qualidade de vida nas cidades: O aspecto de acessibilidade às atividades urbanas. *Transporte Humano para um Brasil Urbano*, pp. 50-56.

LEFEBVRE, H. (2004). O direito à cidade. São Paulo: Centauro.

LEMOS, D. (2004). Análises das relações existentes entre acessibilidade, mobilidade e desenvolvimento urbano: o caso da cidade do rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Engenharia de Transportes. UFRJ.

MACÁRIO, R. A Acessibilidade Como Um Bem Social e um Bem Econômico: Existe Necessidade de uma Mudança de Paradigma?, Boletim regional, urbano e ambiental / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais. – N. 14 (jun. 2016) – Brasília: Ipea. Dirur, 2016.

MACHADO, M. R. (2008). La Cultura como Factor de superación Social. Chile: Seminario nacional sobre Gestión Cultural Local.

MARICATO, E. O Ministério das Cidades e a política urbana no Brasil: quais as ações do Ministério desde sua criação, os problemas e desafios enfrentados. Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, n.156, p.1-4, mar. 2007.

MARTINS, Marcos de Oliveira. Acessibilidade na Periferia do Transporte: O Caso de Santa Cruz/ Marcos de Oliveira Martins. – Rio de Janeiro: UFRJ/COPPE, 2011.

NAKAGAWA, Carolina Teixeira Reflexos sociais e impactos territoriais- tipologia e espacialização dos equipamentos de cultura e lazer / Carolina Teixeira Nakagaw a. -- São Paulo, 2011.

MUMFORD, L. A cidade na história. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

NARBAL, F.N.R.M. Inventário do Patrimônio Construído: o Caso do Centro Histórico de Fortaleza / Fernando Natale Rossi Mota Narbal. – 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. Patrimônio Cultural Imaterial. Disponível em: <[www.unesco.org/new/pt/brasil/cultura/world-heritage/intangible-heritage/](http://www.unesco.org/new/pt/brasil/cultura/world-heritage/intangible-heritage/)>.

PITTS, Adrian. Índices Urbanísticos dos Equipamentos Comunitários. 2013.

REIS, Ana Carla Fonseca. Economia da cultura e desenvolvimento sustentável: o caleidoscópio da cultura/ Ana Carla Fonseca Reis – Barueri, SP: Manole, 2007.

RUBIM, A. A. C. Políticas culturais no primeiro governo Dilma: patamar rebaixado. In: RUBIM, A. A. C.; BARBALHO, A., CALABRE, L. (Orgs.) Políticas culturais no governo Dilma. Salvador: EDUFBA, 2015. 281 p. (Coleção Cult).

SECRETARIA ESPECIAL DA CULTURA. Plano Nacional da Cultura. Disponível em: <<http://pnc.cultura.gov.br/entenda-o-plano/>>.

SELDIN, Claudia. As Ações Culturais e o Espaço Urbano: o Caso do Complexo da Maré no Rio de Janeiro. / Claudia Seldin. – Rio de Janeiro: UFRJ/FAU, 2008.

SILVA. Gilda O. do Valle. Capital cultural, classe e Gênero em Bourdieu. Artigo publicado na Revista INFORMARE – Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informática.

SILVA, Marcus F A. A política de incentivo à cultura no Ceará a partir da Lei Jereissati. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade da Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2005.

THROSBY, D. (2001). Economics and culture. Cambridge: Cambridge University Press.

TOMAZ, Paulo Cesar. A preservação do patrimônio cultural e sua trajetória no Brasil. Artigo publicado na Revista Fênix - de História e Estudos Culturais, Vol. 7, Ano VII, n. 2. Agosto de 2010.

TRINDADE, Thiago A. Direitos e Cidadania: Reflexões sobre o Direito à Cidade. Artigo publicado na Revista Lua Nova, São Paulo, 87: 139-165, 2012.

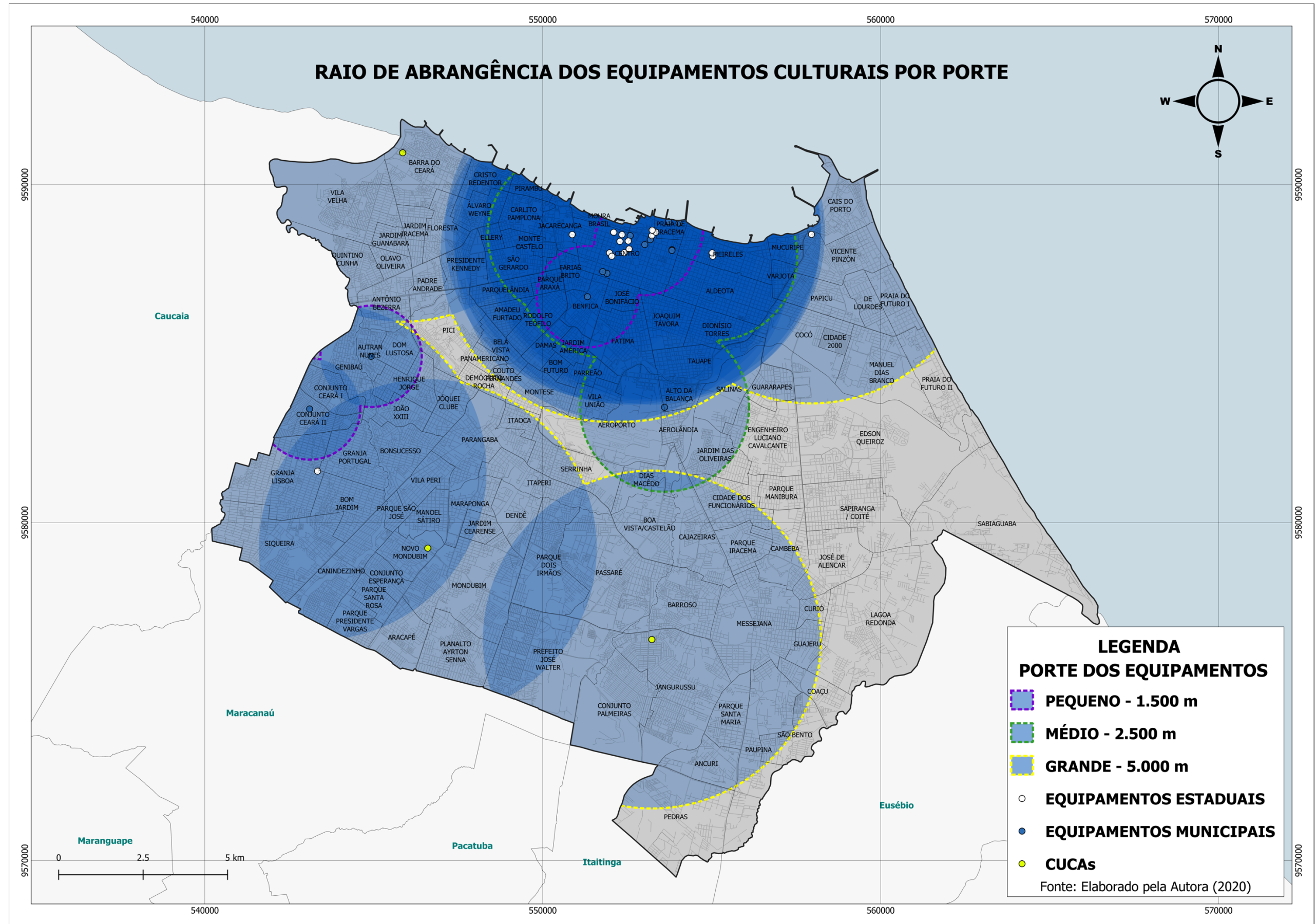
VAN WEE, Bert; GEURS, Karst e CHORUS, Caspar. Information, communication, travel behavior and accessibility 2013. Artigo publicado na Revista The Journal of Transport and Land. Vol 6. No. 3. 2013.

VASCONCELLOS, Eduardo Alcântara. Transporte urbano nos países em desenvolvimento: reflexões e propostas / Eduardo Alcântara Vasconcellos. 3.ed.- São Paulo: annablume, 2000.

WHITAKER, J. Alcances e limitações dos instrumentos urbanísticos na construção de cidades democráticas e socialmente justas. [S.l.]: Cidades para Quem, 2003.



## **APÊNDICE**



## **ANEXOS**





